

ATA

**“ RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS
DA CONCESSIONÁRIA DE ÁGUA E ESGOTO SABESP “**

Câmara Técnica de Saneamento- CTS

**COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA
DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ
SMT**

Reunião Realizada em 08/ 03/ 2006

14:00 Hs

AMDAP

CESÁRIO LANGE - SP

Taquógrafo: *Dartan Gravina*

Fones : (0xx11) 4555-4826 * 9302 7249

Sr. Osvaldo Vieira de Camargo Filho - Mestre de Cerimônia- Bom tarde a todos. Damos início a esta reunião. Conforme a 33ª. reunião extraordinária do CBHSMT em Porangaba referente a discussão da renovação dos contratos da concessionária de Água e Esgoto SABESP. Em primeiro lugar chamo as autoridades que irão compor a mesa. Presidente do Comitê da bacia hidrográfica e também Prefeito do Município Cesário Lange Sr. Élbio Trevisan, o Vice Presidente do Comitê Sr. Wendell Rodrigues Wanderley, também o Sr. Ubirajara representando o Sr. Jair Cassola Presidente do CERISO, Rosângela César Secretária Executiva do Comitê de Bacia, o Vice Prefeito do Município Cesário Lange João Vicente, o Presidente da Câmara Municipal de Cesário Lange Osmar Trevisan, e Engº. Kenji Yosida Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento do CBH-SMT. Passo a palavra ao Presidente do Comitê Sr. Élbio Trevisan que fará abertura e convidará para a explanação.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Muito boa tarde a todos, aos Prefeitos Efanu Nolasko Godinho Prefeito do Município São Roque, Ruy Ferreira de Souza Prefeito do Município Anhembi, Roberto Fuglini Prefeito do Município Laranjal Paulista, José Aparecido Tiseo Prefeito do Município Alumínio, Luis Gonzaga Vieira de Camargo Prefeito do Município Tatuí, Ubirajara R. Mori Prefeito do Município Capela do Alto, Antônio Mário de Paula F. Ielo Prefeito do Município Botucatu, João Franklin Pinto Prefeito do Município de Araçoiaba da Serra.

Agradeço também os representantes na mesa. E também a presença do Vice Prefeito do Município de Bofete representando, o José Osvaldo. Carlos Pedro Bastos Presidente da SAMAE de Santo André, Artur Estevam Superintendente da SABESP Botucatu, Elvino Nogueira Presidente da Câmara Municipal de São Roque, Nivaldo Vieira Assessor Ambiental, Jorge Martins Vereador, Maria Aparecida Riba representando o Prefeito do Município de Ibiúna. E agradeço as demais pessoas da sociedade civil e do segmento do Estado.

Dizer que essa é uma reunião muito importante do nosso Comitê onde vamos conversar com a SABESP sobre a renovação dos contratos. E quero cumprimentar todas as mulheres pelo seu dia internacional. Passo a palavra à Secretária Executiva para seus informes.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Boa tarde a todos. Gostaria de antes ler a pauta dessa reunião informar que amanhã dia 09 estaremos dando início a discussão para a lei de cobrança do uso da água, e no dia 24/03 haverá a reunião do colegiado do Comitê com local a ser definido e o assunto principal serão os pleitos FEHIDRO 2006. E a outra reunião importante para o sistema será a continuidade do plano de bacia e o relatório de situação. A Jussara já passou o CD aos vários componentes. Quem tiver algo a colaborar, a Jussara é a coordenadora desse grupo e é importante que todos tenham ciência desse relatório para que possamos ter o plano de bacia mais próximo da realidade. E gostaria também de solicitar a concordância da plenária para o seguinte procedimento: haverá vários palestrantes e a proposta é que se faça a discussão e a manifestação da plenária após os palestrantes. A palavra será a para cada um por três minutos e se houver necessidade de continuidade será avisado que esgotaram-se os três minutos e a pessoa continuará sua fala se a plenária assim permitir. Gostaria de saber se há concordância. Podemos fazer assim ? Tudo bem. Outra solicitação é que a reunião está sendo gravada e taquigrafada e quando houver alguma manifestação use o microfone por favor. A pauta é: 1. Abertura, 2. Experiência de Botucatu no processo de renovação dos contratos da SABESP do Prefeito Antônio Mário de Paula F. Ielo. Prefeitura Municipal de Botucatu, 3. A experiência de Cerquillo/SP na administração municipal em serviços de água e esgotos (autarquia). Márcio Gaiotto. Serviço Autônomo de

Água e Esgotos de Cerquilha/SP, 4. Saneamento básico e o Governo do Estado. Ricardo Araújo. SERHS, 5. Saneamento básico e a SABESP. Francisco José Toledo Piza. SABESP, 6. Posição do SINTAEMA com relação à renovação dos contratos com as SABESP. SINTAEMA 7. Possibilidades administrativas para Gestão do Saneamento no Município. Carlos Pedro Bastos. ASSEMAE. Sobre a Situação da renovação dos contratos, informo também que temos 34 Municípios no Comitê e 24 são operados pela SABESP, e dos 24 Municípios alguns contratos estão vencendo e alguns já até renovados, os srs. receberam na entrada essa relação, quem não recebeu ainda deve haver alguns na mesa de entrada, quem não recebeu poderemos passar por e-mail.

Os outros 10 Municípios são os que tem autarquias ou serviços autônomos de esgoto. Dos 24 Municípios temos 13 Municípios que vencem contrato a vencer entre 2005 e 07, 04 entre 2008 e 2010, 02 entre 2011 e 2020, 01 entre 2016 e 2020 e 04 entre 2021 e 2030.

Peço ao Presidente do Comitê para desfazermos a mesa e solicitar ao Prefeito do Município Botucatu sua apresentação. Muito obrigada

Sr. Mário de Paula F. Ielo - Prefeito do Município Botucatu – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar o Comitê por essa reunião, essa palestra, e ao meu ver é a principal ou a única onde está se colocando todos os interessados, Prefeitura, empresa SABESP, Prefeituras que tem tratamento de área e esgoto autônomo, Sindicato, SINTAEMA o que faz com que posamos ter uma clareza maior da renovação de contrato com a SABESP. Queria cumprimentar o Vice Presidente Wendell, o Prefeito do Município Cesário Lange Élbio Trevisan e dizer que a cada dia a cidade está melhor, como esse conjunto habitacional aqui ao fundo, parabéns pelo trabalho aqui como Prefeito.

A cidade de Botucatu há 30 anos fez o contrato com a SABESP, e nosso contrato venceu já há um ano e meio. E naquela oportunidade quando a SABESP assumiu o sistema de água e esgoto de Botucatu, foi a primeira cidade que a SABESP fez no interior de São Paulo e naquela oportunidade a cidade tinha seu Departamento de Água e Esgoto, o sistema estava o caos, ou seja o sistema de água e esgoto não estava funcionando, nem sua captação, muito menos todo trabalho que é feito de saneamento básico e foi feito um contrato muito simples onde passava todo trabalho de água e esgoto à empresa SABESP e sem nenhum compromisso com as partes. De lá para cá a empresa foi implantando seu trabalho, resolvendo os problemas de água e de coleta de esgoto ao longo desses 30 anos e se entendeu que o sistema de água esgoto pertencia ao governo do Estado de São Paulo e o Município era concedente pois a empresa que é estatal que hoje tem 51% das ações, para todos os Prefeitos ao longo desses anos era confortável porque quando vinha um problema de água e esgoto o problema não era mais do Prefeito e do Município, mas da SABESP, o problema era do Governador. Portanto ficou muito cômodo aos Prefeitos, ao longo desses anos colocar toda responsabilidade, os problemas e os benefícios para a empresa e se esqueceu ao longo desses 30 anos, que a lei diz que o responsável pelo saneamento básico, por água e esgoto, é o Município que é concedente. Portanto os erros e acertos feitos ao longo desses 30 anos, a responsabilidade era do Município, do Prefeito da cidade, mas nunca foi cobrado por exemplo pelo Ministério Público–MP por ações a serem feitas principalmente na questão do impacto ambiental. E pela SABESP ao longo desses 30 anos teve a preocupação de fornecer a melhor água, com a melhor qualidade e buscar todos os índices de qualidade e de saúde e com a coleta de esgoto sem a preocupação com seu afastamento e tratamento. Na cidade de Botucatu nesses 30 anos tivemos os índices de fornecimento de água chegando a 100% e para o tratamento de esgoto ela não fez nada, ou seja, avançou na água e não se

avançou um centímetro no tratamento de esgoto. E sempre para onde se vai a água vai se implantando a coleta de esgoto, e a coleta do esgoto vai direto aos rios urbanos da cidade de Botucatu, rio Lavapés, Tanquinho, Antártica, ou seja durante 30 anos que se passaram na questão ambiental, a SABESP não teve a preocupação necessária. E é claro que nesses 30 anos se desenvolveram as preocupações ambientais, a população tinha uma outra cobrança, as leis eram outras. Mas sabemos que estamos em uma outra época e temos outra visão. E se não tivermos o equilíbrio ambiental e uma sustentabilidade de nossas ações, tanto do poder público como das empresas, estaremos destruindo nosso habitat e nosso meio ambiente. E nos deparamos então com a renovação e hoje vimos quantos Municípios irão renovar seus contratos e eles no meu ponto de vista tem de ter todas essas preocupações não só ambiental mas também da qualidade da água e do esgoto e da água a ser devolvida ao meio ambiente. E hoje 30 anos depois, a nossa democracia avançou e a participação popular é importante, e se não tivermos o controle social, da população, referente ao poder público e as empresas que prestam serviço, as concessionárias, hoje é o melhor método de ter qualidade, quando você tem a participação popular. Em Botucatu estamos trabalhando nesse sentido. Sabemos que a qualidade da prestação de serviço de água da SABESP é muito boa, excelente, e também que a prestação de serviços complementares que são feitos pela empresa são de qualidade regular ou ruim. Quando se abre um buraco para se fazer um canal, uma ligação de água e esgoto a qualidade deixa a desejar na cidade de Botucatu. Esses serviços complementares feitos pela SABESP em nosso ponto de vista não é de boa qualidade e sua cobrança, quando a Prefeitura ou o munícipe tem de pagar esses preços, são acima do valor de mercado. Quando se abre uma vala é mais barato contratar uma empresa local do que pela planilha que a SABESP coloca para Botucatu. E a tarifa também cobrada hoje pela SABESP é acima da média do cobrado nos Departamentos de Água e Esgoto Municipais. Se são subsidiados ou não e se ali deveria ter uma parcela de custos para futuros investimentos não sabemos. Por que? Porque não há acompanhamento dos contratos pela Prefeitura, pelos Prefeitos, pela comunidade, pelos Vereadores. Não sabemos como são feitos os cálculos da planilha e não são passados para a Prefeitura quais são os lucros ou os déficits que ocorrem na cidade de Botucatu. Não há nenhum mecanismo nos contratos onde o poder concedente possa acompanhar as planilhas de custos. Se compararmos como as companhias de transporte urbano, tudo está na mão da Prefeitura, acompanhado pela Câmara Municipal, Conselho de Transporte dos Usuários, Conselho de Transporte, e a população participa e acompanha, conseqüentemente ela entende porque o custo daquela tarifa de ônibus. Temos que fazer a mesma coisa com saneamento básico, existe uma concessionária, ela também tem de apresentar suas planilhas e seus custos, seus gastos e as reservas orçamentárias para os futuros investimentos, ou seja, isso tem de ser aberto à população, ao executivo, à Câmara Municipal. E hoje nos contratos vigentes não há essa exigência e a empresa SABESP como empresa tem a preocupação de prestação de serviços e ao abrir esse espaço como consta no contrato, não existem ações que a SABESP faça nesse sentido, em cinco anos como Prefeito participei só de uma reunião dos Prefeitos e a SABESP, com relação aos contratos da SABESP onde só se discutiu se aumentaria 80% a 100% as tarifas e para se fazer uma reserva orçamentária para investimento da SABESP. Portanto a Prefeitura de Botucatu tem muitas dúvidas de qual caminho tomar. Primeiro, ao analisar os Departamentos de Água e Esgoto dos Municípios encontramos muitas e muitas cidades trabalhando com competência, com qualidade, e com uma tarifa menor, salvo algumas exceções como por exemplo Votorantim onde o passivo trabalhista é muito alto e faz com que as planilhas de custo sejam difíceis e conseqüentemente de se manter também a tarifa. Mas ao mesmo tempo enxergamos e aí essa plenária é muito boa porque teremos o exemplo de

Cerquilho como está o seu saneamento básico e sua água. Temos uma empresa como a SABESP com uma qualidade muito boa na prestação de serviços principalmente de água. É uma empresa que tem bons profissionais e tem uma estrutura para atender as demandas e para atender desde uma pequena cidade a uma cidade de grande médio porte, e até por exemplo como São Paulo e do meu ponto de vista tem de se adaptar à realidade do ano de 2006. Primeiro, quem é o concedente? É fundamental que todos os Prefeitos saibam que é o Município o concedente, ele que é o responsável pelo saneamento básico de sua cidade, portanto, não são a empresa e o Estado e se por alguma razão o seu Município tiver um Promotor do MP que for acionar o Município quem será acionado é o Prefeito que é o responsável pelo saneamento básico. O Prefeito falar isso é problema da SABESP ele pode falar isso nas rádios e nos jornais, mas ele não fala isso para o MP, ele é o responsável por todo trabalho de saneamento básico da sua cidade, portanto ele tem que exercer seu papel de concedente. E o Município vai se comportar exercendo esse poder, abrir à população, a Conselhos, e que ela posa ter mecanismos de acompanhamento do contrato que vai ser feito com a empresa ou pelo Departamento de Água e Esgoto. E tudo isso também deve ser feito sobre o saneamento básico, não é porque agora é a SABESP que não tem de ter o Conselho, tem de ter o Conselho sim. E é bom porque ele mostra ao Prefeito qual é o caminho, as prioridades e ansiedade da população. Se é um Conselho bem estruturado e definido onde a população está bem representada, é um instrumento de excelente qualidade para o Prefeito executar seu trabalho e também os Vereadores poderem acompanhar o trabalho da concessionária. Primeiro, o papel do concedente tem de ficar claro, é do Município, está na Constituição e o Prefeito tem de exercer isso na plenitude. Segundo, abrir para população poder opinar, participar e decidir. Havendo esses dois critérios bem definidos, não há dúvida constitucional do que coloquei. Temos dois outros pontos, se vai haver um contrato de concessão ele tem de ter um plano de ação, um programa, um projeto. Com todos os dados de diagnóstico, patrimônio, e projeção por exemplo se for um contrato de 30 anos, para os próximos 30 anos, qual é a proposta da empresa de água e esgoto para os próximos 30 anos, como se faz um contrato sem saber o que se fará no outro ano e no outro, outro? E todo esse projeto do que se fará nos 30 anos tem de ter um dispositivo de renovação, uns acham que é de 5 anos, outros acham menos e outros mais. Mas tem de ter um dispositivo prático para verificar se naqueles 30 anos está no caminho certo ou se tem de ter alguns parâmetros de modificação e tem de ver como o plano diretor pretende ter uma seqüência de correção desse plano de ação. Tendo o plano o concedente tem o controle social, e temos de ter também uma regulamentação, um marco regulatório. Tanto o concedente como a concessionária tem de ter um plano de como serão regidas todas as regras, e quais as obrigações de cada um. Sem um marco regulatório assinaremos um contrato em branco. Temos de ter tudo isso e ter claro que quem dá as regras, no caso são os Municípios, e com acompanhamento social. Essas são as diretrizes da renovação de contrato com a SABESP em Botucatu. Lá não estamos preocupados com imediatismo de fazer um contrato amanhã e preocupados se a cidade vai ou não ganhar uma vantagem nesse contrato, mas estamos preocupados com o que irá acontecer nesses próximos 30 anos, como serão eles. Como serão os investimentos e quem acompanha esse contrato. Por isso não temos pressa. Já fizemos um contrato de um ano de aditamento e fizemos por mais por seis meses e provavelmente faremos mais um de seis meses. Porque estamos acompanhando a lei do Congresso, se vamos ter o marco regulatório, e acompanhamos as leis que servirão para nossos contratos. E pelo comportamento a SABESP tem interesse real em que o concedente diga o preço da tarifa, qual a prioridade de investimento em expansão de rede por exemplo, qual os valores a serem cobrados para a classe de baixa renda, os valores a serem cobrados na hora que você tem de fazer a ligação de sua casa, e os do

saneamento básico e os investimentos a serem feitos no meio ambiente na região de captação. Todos sabemos e ai está a SABESP, que a empresa não tem essas preocupações hoje, ela é regida por aquele contrato de 30 anos e portanto quando exigimos aqui no Comitê que a SABESP tem de ter atuação sobre as matas ciliares onde ela capta a água, a SABESP simplesmente concorda mas não tem uma ação efetiva, não tem uma distribuição de sementes, ou viveiro de plantas e mudas, não tem uma atuação de campanha para que haja recuperação desses mananciais. Sabemos disso e ela também sabe disso, mas como no contrato não se tem essas exigências, ela vai tocando sua vida dentro daquelas diretrizes que foram colocadas pelos seus diretores e pelos seus contratos. Estamos em um ponto então de renovação não de contrato, mas de conceito de como tem de ser uma empresa concessionária que presta serviços de saneamento básico, seja ela do Estado, do Município ou do sistema privado. E falando um pouco do sistema privado. Já colocamos que o sistema não deve ser privatizado. E a SABESP tem hoje 51% de suas ações com o Estado e 49% das ações com os acionistas. Quem manda mais hoje ? O Governador Geraldo Alckmim, o Prefeito do Município Botucatu ou os acionistas de Nova Iorque ? Não sabemos. E isso tem de ficar claro, quem é que manda. Quem vai dizer quais são as prioridades ? Se será por exemplo um bairro modesto ou em um de classe alta ? Onde se tem mais lucro, ou onde temos mais necessidades de saneamento ? Nós sabemos que a SABESP hoje também tem essa preocupação com a questão da saúde e a prioridade de todos nós é a saúde e a educação. Essa é uma pergunta que está na nossa cabeça, quem é que hoje dá as cartas na empresa. Outro ponto, a SABESP hoje terceiriza alguns serviços, quem faz abertura de vala é uma empresa terceirizada. E essa empresa precisa ter lucro, claro. Agora, se a SABESP não tiver um bom fiscal, a qualidade do serviço não é bem feita. E se tem uma complacência da empresa para esses serviços terceirizados, quem é que cobra essa qualidade ? O Prefeito, a cidade ? A SABESP hoje tem muitas terceirizações e temos que trabalhar isso. A terceirização é benéfica ou não ? Acho que pode terceirizar, sem nenhum problema, desde que se tenha acompanhamento da planilha de custos, dos serviços, dos contratos. E em Botucatu nesses 30 anos tivemos muitos contratos irregulares e que nunca foram abertos à população e nunca foi fiscalizado pelo MP. Um contrato inclusive, e temos em Botucatu a estação de Tratamento de Esgoto, me corrijam se eu falar dados errados, mas ela era para terminar há três anos e até agora não terminou e está em fase de teste, e até onde sabemos que houve uma série de aditamentos nesse contrato e foi feito contrato em cima de contrato, não sei como isso é possível, em uma estação que já tinha sido colocado o prazo. Se tivéssemos o controle social teríamos ali acompanhado desse contrato e provavelmente não estaríamos aqui suspeitando desses contratos e para onde foram os recursos. Recursos esses que são suficientes, porque conseqüentemente pagou todos os custos da empresa e pagou por esses contratos. É importante para a SABESP que coloque todos esses contratos à mesa para que possam ser analisados e se existem responsáveis por contratos irregulares e um enriquecimento ilícito de funcionários, engenheiros da SABESP, que seja punido com a lei. Não podemos continuar como as dúvidas que temos em relação aos contratos com a SABESP. Tenho a certeza que funcionários sérios, honestos, competentes, da SABESP também querem a mesma coisa que nós Prefeitos e cidadãos. Se houve irregularidades, desvio de dinheiro que venha a público e sejam punidos os responsáveis, seja ele engenheiro, funcionário, Superintendente, ou seja ele Vice Presidente. Que todos os contratos sejam auditados, para que não haja dúvidas. Hoje em Botucatu estamos mais aguardando uma nova postura da SABESP. A lei está no Congresso e aguardamos para que possamos assinar o contrato. Eu acredito e coloco isso em todos os lugares, que a SABESP tenha a competência necessária para essa nova SABESP. Acredito hoje que os funcionários da SABESP são pessoas

sérias, e competentes e os que estão na direção tem condições de adequar as normas da empresa à nova realidade, a realidade do plano social, que existe respeito ao concedente, e a realidade que todos os contratos tem de ser acompanhados pela opinião pública e que é uma questão de vontade política para que isso ocorra. Estamos reunidos com vários Prefeitos que estão no período de renovação. Ordenados pelo Prefeito do Município Lins, onde já conseguiu avançar em muitas coisas em relação ao que coloquei aqui, modelo de concedente, tarifa social menor, um controle social da população em relação ao contrato. Ele é um Prefeito experiente que já esteve em outras oportunidades como Prefeito. É professor da Faculdade de Lins, e também o Prefeito do Município cidade de S. João da Boa Vista, tem as mesmas preocupações que nós e os outros Prefeitos como o de Caçapava e tantos outros. Tem Prefeitos que já estão tomando uma medida que do meu ponto de vista antecipado, ou seja, montar seu Departamento de Água e Esgoto desprezando todo o trabalho e experiência e todos os profissionais que estão na SABESP, 'eu sei fazer, vou fazer e vou montar meu departamento de água e esgoto', acho possível, não vejo nenhuma dificuldade principalmente se seguir o modelo que a SABESP tem. Ele monta uma Diretoria, um Conselho, profissionais de fiscalização e persegue as metas. Mas tem um problema muito importante. De quem é esse patrimônio, como as bombas de captação, rede, todos os equipamentos. De quem é ? Da SABESP, do acionista em Nova lorque ou de quem pagou a tarifa ? Essa decisão poderá ser judicial e assim sendo, pode seguir qualquer desses caminhos. Pode-se chegar que é da empresa ou de quem pagou a tarifa ou de quem está em Nova lorque. E a SABESP pode já antecipar isso colocando que na renovação de contrato com a SABESP de 30 anos, ao final o patrimônio volte para o Município. Gostaria então de encerrar e dizer que Botucatu tem um bom serviço prestado pela SABESP, não temos o tratamento de esgoto e isso é uma vergonha para todos nós Botucatuenses e basta a SABESP ter uma nova postura que teremos a renovação de contrato com a SABESP de maneira rápida e que deixe claro todos esses pontos que coloquei. E para mim é muito importante acompanhar os palestrantes e experiências de outras cidades porque isso vai fazer com que a gente avalie mais nossas decisões e aguardar que a SABESP tenha um novo posicionamento. Dê Respeito ao concedente, respeito ao meio ambiente onde ela faz sua captação. Muito obrigado.

Eng^o. Kenji Yosida coordenador da Câmara Técnica de Saneamento – Convido para a próxima palestra “A experiência de Cerquillo/SP na administração municipal em serviços de água e esgotos” (autarquia). Márcio Gaiotto Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Cerquillo. Peço aos palestrantes 20 minutos de palestra.

Márcio Gaiotto - Superintendente do Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Cerquillo – Boa tarde a todos. Estou no SAAE desde 2001 quando junto com o Prefeito Aldomir José Sanson e no nome dele agradecemos ao Comitê de bacia pelo convite, e assim tivemos uma referência na região, em termos de experiência em administrar os serviços de água e esgoto. E para isso fizemos a lei Municipal 08.03.79 que dispõe sobre a criação da autarquia do Município, o SAAEC de Cerquillo `tem sua autonomia econômica, financeira e administrativa dentro dos limites traçados pela presente lei.´ Estamos atrelados a uma Prefeitura, porque autarquia na verdade é um braço da Prefeitura e existe a isonomia. E foi decretada pelo Prefeito Municipal pelo decreto 365 em 01.03.1980, e hoje tem 26 anos e aprovou o regulamento do SAAEC a quem, `compete operar, manter, conservar e escoar diretamente com exclusividade os serviços de água e esgoto sanitários´, porque na época existia uma propriedade que tinha um poço de águas subterrâneas que tinha certa vazão e poderia dar para os vizinhos, porém, passou a partir dessa época a ser explorado somente pelo SAAEC.

Financeiramente por essa lei no início existia um Fundo de Participação do Município, acima de 20% era do SAAEC, passamos por dificuldades em determinada época por estar iniciando e a Prefeitura ajudou bastante, mas a partir do momento que se formou a autarquia ficamos sendo auto-sustentáveis. Estamos atrelados administrativamente por exemplo nessa lei complementar de 23.02.1993 N°. 02 que dispõe sobre o estatuto, onde todos os funcionários são estatutários, com seu fundo de aposentadoria e pensão. E se o SAAEC quiser melhorar seu quadro de funcionários ou seu salário, estão atrelados à Prefeitura, existem os limites. E quando se faz a auditoria pelo Tribunal de Contas é separado da Prefeitura. Peguei como exemplo de um modelo de um jornalzinho que passei para a população em 2004 representando o tamanho do Município, em azul é o Município em torno de 126 Km², a área urbana em amarelo, com população estimada de 35 mil habitantes conforme anunciado em 2005 em relação ao censo 2000, que tínhamos 29 mil, e crescimento por volta de 5%. Temos como limite cidades de Tietê, Boituva, Tatuí, Cesário Lange e Jumarim. Toda expansão urbana está ao norte do Município. Temos nossa captação de água pelo rio Sorocaba, com uma adutora de 5 Km e é realizada a purificação de água na Estação de Tratamento de Água-ETA, e distribuída para dois reservatórios principais e depois pelas redes de água é feita a distribuição pelo Município, cadastrado por volta de 160 Km de rede de água, desde tubos de ferro fundido, cimento amianto e tubos de PVC, e em torno de 160 Km de rede esgoto contando com o emissário que vai até o Município de Tietê. E de ligações temos por volta de 10.603 e 11.105 de água. 100% do Município possui encanamento, principalmente da área urbana e um pouquinho da área rural com ligação de água. E na área urbana coletamos 96 a 97% do esgoto. O ano passado tivemos 475 novas ligações. Temos 3 ETEs com lagoa de estabilização, mas não é suficiente para tratar 100% do Município. Essas são imagens de nossa infraestrutura. Aqui a Estação Elevatória de Água. Até 1986 todo abastecimento do Município era por poços artesianos e passamos por dificuldades no início da década de 80 porque ele estava crescendo. E o Município está em uma calota rochosa geograficamente que impede uma boa vazão dos poços artesianos e fizemos vários estudos para verificar qual a melhor forma para abastecer o Município. E a única alternativa foi a utilização das águas do rio Sorocaba que estava a 5 Km da ETA. E a ETA quando entramos em 2001 já estava deficitária em termos de abastecimento, e estava projetada em 90 L/s e trabalhava com 120 L/s praticamente virando 24 h/dia. E sabendo dessas dificuldades optamos em não fazer investimentos elevados nos dois primeiros anos da gestão anterior, e fomos guardando um dinheirinho porque naquela época e agora também, existem dificuldades de obter dinheiro para saneamento básico. E por essas dificuldades, o rio também estava muito poluído e a cidade está a montante, quase que a desembocadura do rio Tietê, e toda a carga orgânica tratávamos aqui em baixo. Tanto é que deixava odor e sabor na água devido ao cloro e tivemos que usar outras alternativas para isso com custos elevados e com os filtros sendo constantemente retro lavados e nesse sentido perdemos muita água, por volta de 5 a 10% no que entrava na estação. E custos em energia elétrica que está trabalhando quase que 24 h/dia e temos até hoje contrato com a companhia energética para parar na hora de pico e como o abastecimento não estava completo e tínhamos que trabalhar na hora de pico, o problema era que ficava mais cara a energia. E construímos a nossa ETA, ela é mais moderna trabalhando em torno de 850 L/s e gasto de R\$ 2,4 milhões e o projeto inicial era de R\$ 3,2 milhões, economizamos tudo isso porque utilizamos a administração direta. Contratamos funcionários pelo regime da CLT e licitamos concreto, ferragens, enfim, e até construímos um pouquinho a mais do que estimávamos. É uma ETA mais fácil de se operar. E hoje temos o reservatório central à esquerda, e somando com os reservatórios da estação de tratamento de água fica com 6,5 milhões e o Município precisa de 8 milhões de litros para ficar bom.

Essa central é um reservatório de 2 milhões de litros, a caixa d'água, e a torre de piza, e temos nosso escritório lá com três pisos, com a engenharia e a parte de administração. São três as estações de tratamento. O vale de oxidação foi inaugurado em 1981 quando ainda era departamento da Prefeitura Municipal e em 81 inauguramos outro valo de oxidação e em 85 instalamos a lagoa anaeróbica com um sistema australiano e em 99 foi reformado o sistema com essa lagoa anaeróbica com sistema de filtros biológico ascendente. Temos a Cecap à esquerda com porcentagem de eficiência de tratamento em torno de 95%, a outra ali de 80% e o IPH em torno de 99%. No total de volume por volta de 3 milhões de litros. E em cima disso assinamos o Termo de Ajuste de Conduta-TAC para tratar 100% de esgoto em 6 anos. Já foram 4. E conseguimos os terrenos e começamos a instalação, só que é uma Estação de Tratamento de Esgoto-ETE é cara, por volta de R\$ 7 milhões e a nossa dotação é por volta de R\$ 5,5 milhões e ficaria difícil fazer a ETE com recursos próprios, pois aí demoraria um pouco mais mesmo. Estamos vendo verbas do governo federal, mas como eles são muito exigentes, não conseguimos, pedimos R\$ 9 milhões não só para essa ETE como para outras. Mas ao mesmo tempo também não é só o problema externo temos os problemas internos, existia uma lei autorizativa que precisávamos como documentos de operação de crédito e a própria Câmara não autorizou na época. E precisamos conversar sobre esse TAC porque é junto, Prefeitura, MP e CETESB. A área é a região oeste do Município, em terrenos já adquiridos de 4 alqueires e está projetado para construir lagoas anaeróbicas, pois é mais barato, por volta de R\$ 3 milhões. E para o trabalho temos essa pequena frota, com caminhonetes para na sua maioria fazer a manutenção do sistema de água do Município, uma F-1000 que a gente utiliza só para a desobstrução de rede de esgoto e duas caminhonetes e uma retro para os consertos de vazamentos também, e as outras que vemos aí e também para o administrativo. No nosso organograma temos a Superintendência, poderia ser diretoria, legalmente não está dessa forma, mas dividimos os funcionários em cinco setores, administração financeira, chefe de tratamento de água, chefe de tratamento de esgoto e de serviços e obras urbanas e a engenharia responsável por toda a fiscalização e elaboração dos projetos, cadastros da nossa rede e a administração faz a cobrança da água, temos nosso contador, tesouraria, CPD, compras e tudo o mais. E para a água temos o químico, e é importante ter o profissional habilitado porque mexemos com a saúde pública. E é claro, temos os operadores da ETE, e fazemos as análises, sempre seguindo a portaria do Ministério da Saúde. Chefe de tratamento de esgoto temos 8 funcionários, no serviço e obras urbanas temos os pedreiros, operadores de máquinas pesadas, encanadores, etc. No total temos 61 funcionários de carreira, com piso salarial por volta de R\$ 460,00 e o teto para início de carreira R\$ 1.651,00 sendo que a cada ano recebem uma letra e 5% a mais. E temos um plano de carreira. E no meu caso como superintendência temos mais quatro, chefe administrativo, compras, chefe de serviços e obras e chefe de tratamento de esgoto. O faturamento desse mês falando em água foi de R\$ 440 mil, sendo que as residências com 65%, comércio 10% e a indústria 25%. E como disse a vocês o industrial não tem de onde tirar água, só depende de nosso abastecimento. A média de consumo, faturado no mês passado por exemplo é de 200 mil metros cúbicos e o residencial é o maior de todos com 82%. E como é uma autarquia não temos lucro, o que se fatura gastamos. Em termos de pagamento, temos a energia elétrica com 12% é elevado, material para consumo como cimento, pedra, material de escritório, hidrômetro 12%, produtos químicos 5%, manutenção 13%, terceiros e outras despesas 5%. O ano passado gastamos com projetos para ampliação do sistema de água e esgoto 7%, obras para o sistema de água 10%, obras para o sistema de esgoto 12%, equipamento como material permanente 8%. E para isso temos nossa tarifa, e a tabela é igual para todos em termos de faixa de consumo, 0-10, 11-30, 31-50 e acima de 50. Até

2001 não existia essa diferenciação e houve um impacto principalmente para o setor industrial e demos então uma chance para conseguirem fazer os seus custos. Mas a pública não é cobrada ela está aí só para efeito do controle do consumo. E até 10 mil m³ residencial R\$ 10,59, comercial, R\$ 3,66 e industrial R\$ 16,24. E para finalizarmos as vantagens e desvantagens em termos de uma autarquia. A receita arrecadada destina-se ao próprio Município, bem ou mal, o Município direciona o investimento desejado, por exemplo se o Prefeito quiser fazer seu distrito industrial direciona o abastecimento e a rede de esgoto e o tratamento para a região, custo da infra-estrutura barateia, se fizermos administração direta economizamos em torno de 30 a 35% e investimento para novas indústrias, racionamento de água, o único que tivemos foi devido a um problema de energia elétrica que houve um vendaval e demorou 12 horas até começar a virar o tratamento e foram quase 24 hs sem água, mas foi só essa paralização. De novos loteamentos nos dois últimos anos não entrou nenhum loteamento nessa época. Fica mais fácil de prestar contas à CETESB e ao MP e também de fazer os novos investimentos, e normalmente o Prefeito faz uma pesquisa de opinião em sua administração e sempre o SAAEC fica em último em termos de crítica, tem uma ou duas pessoas que criticam, quando se faz uma vala perto da causa por vazamento, e assim por diante. Desvantagens, investimentos novos elevados, como disse a vocês assim como todas as Prefeituras e autarquias dependemos desses recursos do governo e as vezes emperra nos problemas internos não pelos externos, cobrança direta da população, olho no olho, a gente sai na rua e pode ter a cobrança. E respondemos pela lei de responsabilidade fiscal porque é um órgão público e sempre temos auditoria como qualquer órgão público, respondemos também pelo meio ambiente e pelo serviço de água. Bem, isso foi para dar uma noção aos Srs. qualquer dúvida permanecerá no plenário. Obrigado.

Sr. Kenji- Vamos fazer uma inversão de pauta, agora teremos o Sr. Francisco José Toledo Piza, que apresentará o tema "Saneamento Básico e a SABESP". Por favor vamos fazer em 15 minutos sendo mais sucintos para aproveitamento de todos.

Sr. Francisco José Toledo Piza – Boa tarde a todos. Obrigado pela acolhida aqui no Comitê Sr. Prefeito e Kenji obrigado pela organização para minha explanação. Eu preparei uma apresentação muito técnica e devido ao tipo de platéia e pelas pessoas aqui, vou resumir a apresentação para falar o essencial. O essencial que vou falar é que a SABESP está preparando uma documentação para os Prefeitos, de qual é nossa matriz de custo, para dar satisfação a todos de como apuramos nossos custos, e quanto custa os serviços para que tenham noção de como está a renovação dos contratos.

A SABESP vai passar a todos os Municípios todas essas informações, os contratos de concessão atual, vai informar sobre dados do contrato, um resuminho da essência do contrato, informações de dados gerais do Município de quando a SABESP assumiu, a situação ao final de 94 e a atual de cada um dos Municípios tanto para água como para esgoto, relacionando no período de 30 anos todas as obras executadas pelo Município por segmento de obra. Queria mostrar a vocês o que aconteceu com todas as concessões. A SABESP tem a Região Metropolitana, a Sanevale, Vale Ribeira, a que foi da Baixada Santista e todos os Municípios que concederam serviço para a SABESP. Filtrei todas essas informações para verificar o que aconteceu com a SABESP em todos os Municípios durante esses 30 anos e em cada Município vou fazer um paralelo do que aconteceu com a economia durante esse tempo. Em 1974 teve só o Município de Botucatu, em 75 com alguns Municípios, com total de 340 mil habitantes, e a água tinha 79% do atendimento e esgoto 55% e tratamento dos esgotos 27%, esses esgotos são as lagoas que foram feitas pelo Estado basicamente no Vale do Paraíba, obras Municipais com recursos do Departamento de Obras e Saneamento-DOS pelo Estado, com esse índice de

27%. De 1975 a 1982 a SABESP começou a assumir os Municípios tendo grande expansão dos serviços por parte do Planasa. Então cortei o ano 75, 80, 86, que foi quando encerrou o Planasa praticamente. 91, 2000 e 2005 que acabou agora e o que vai acontecer em 2010, para vocês entenderem. No início a SABESP fez a projeção pelo sistema de produção de água nos Municípios, porque o atendimento era 69% e só praticamente fez produção de água e passou de 3300 para 3 milhões em dez anos de população urbana atendida na área de SABESP. E em termos de atendimento passou de 230 até 2,4 milhões habitantes. De 86 a 94 o país teve vários planos econômicos, plano cruzado, plano Bresser, Collor e assim por diante, e nesse período praticamente tanto a SABESP quanto os Municípios autônomos tiveram sua capacidade de execução de obras totalmente comprometida. E isso fez com que o saneamento seja no Estado de São Paulo, no Brasil, nos Municípios com serviço autônomo, seja operado pela SABESP, pouco avançasse. Chegou em 1994, com a estabilização econômica existia um passivo muito grande, e estava nas ETAs que foram implantadas entre 1975 e 1980, e estacionaram. As ETEs que praticamente não existiam em todo o sistema que praticamente não existiam com o passivo praticado por todas essas crises econômicas. Não podemos falar em saneamento no Estado de São Paulo sem fazer o paralelo macro econômico. Os apresentadores que nos antecederam, como o Márcio Gaiotto de Cerquillo, tem um sistema brilhante e a maior dificuldade dele é política pública para financiar o setor de saneamento. E isso tem de ser resolvido e é um problema da SABESP, dos Municípios autônomos e tem de ser encarado de maneira estruturada para podermos atender todas as comunidades. E queria chamar atenção que em 94 tínhamos um índice de atendimento de água de 93% e em 2005 praticamente 96% porque não computamos como atendido áreas invadidas que o MP e a justiça não nos deixa atender, e se eu excluir essa população o atendimento da SABESP é próximo a 100% das comunidades onde operamos. Em tratamento de esgoto desde 1994 e com 80% de coleta de esgoto Chegamos em 1987, e chamo atenção de vocês para esses números provocados pela crise econômica no país. Saímos de uma população de 50 mil habitantes tratados e em 1994 tínhamos apenas 800 mil habitantes. Nos Municípios que concederam à SABESP e não incluiu a Região Metropolitana e as outras regiões, só 800 mil habitantes tratados e hoje temos 3,2 milhões de habitantes tratados de esgoto. Podemos falar que temos uma situação de sucesso, e ele só não foi maior nesses últimos anos por causa da crise do dólar no final de 1997 a 99 e tivemos muitas obras suspensas, dentre elas a própria obra de Botucatu, que não permitiram que avançássemos mais. Esse indicador de 67%, se fizermos um paralelo no Estado de São Paulo com os Municípios autônomos, eles estão na ordem de 30 a 35 % de atendimento, mas todos os Municípios autônomos por uma demanda da sociedade estão fazendo seu tratamento, com a ação da CETESB, do MP e uma cobrança da sociedade. Tanto a SABESP como esses Municípios estão seguindo o caminho do tratamento dos esgotos. De acordo com nosso orçamento devemos estar chegando em 2010 a 90% dos esgotos coletados e tratados. Saímos de uma população só nos Municípios autônomos de 50 mil há 30 anos e chegamos de 35 anos depois a 5 milhões de habitantes. Não tem experiência assim em nenhum lugar no mundo, atendemos agora com 330 Municípios no total de nosso universo, com esses indicadores. Consequentemente podemos dizer que é um sucesso. No entanto posso olhar o Município de Botucatu e outros Municípios e ainda temos coisas a fazer e sabemos disso e queremos continuar no Município para cumprimos nossa missão e acreditamos que temos uma missão a cumprir. Para cada um dos Municípios vamos dar as informações, o que aconteceu nesses anos com a população e mostrar o seu crescimento e o índice de coleta de esgoto e o que aconteceu com a mortalidade infantil em cada um deles. Aqui como um Município, não vamos colocar o nome dele em aberto. A evolução da rede, tinha 111 Km sendo que 60% dela foi substituída durante esses 30 anos e o

índice de perda em torno de 20%. Então o número de ligações praticamente triplicou durante esses 30 anos e você mostra isso aos europeus e eles não acreditam nessas taxas de crescimento do Brasil. As elevatórias. O volume produzido, a perda e todas as informações técnica. Depois vamos passar para todos os Municípios, informações sobre o faturamento mensal, arrecadação, indicadores de tarifa, composição dos custos, demonstrativo desses custos. Vamos passar todas as informações para os Municípios. E queria lembrar a vocês que essas informações técnicas, financeiras dos Municípios, estamos informando ano a ano ao sistema nacional de informações sobre o saneamento, então os Municípios vão ter até uma série histórica desses valores, os Municípios pequenos vão ter a série histórica mais recente dos últimos três, quatro anos. Podemos dizer que todas as informações financeiras dos Municípios em termos de rede, quantidade de funcionários, todos os dados técnicos estão disponíveis no sistema nacional de informações sobre o saneamento, a SABESP manda isso para todos os Municípios. Essa informação tão logo saia o balanço da SABESP 2005, que está na bolsa de Nova Iorque, na Bovespa, porque só podemos informar dados econômicos após a publicação do balanço, e estamos trazendo um quadro para cada um dos Municípios mostrando o consumo de cada um deles. Se verificarmos aqui a tarifa média de água para residência normal, 1,22 é de esgoto 0,98 para uma pessoa que consome 10 metros cúbicos tem a conta de R\$ 22 a 23,00 na tarifa média de um ano. A tarifa média que temos da população é relativamente baixa. A categoria nós temos diferente no Município de Cerquilha, temos a tarifa social que é para atender a população de baixa renda, de até 3 salários mínimos como área construída abaixo de 60 Metros quadrados e com consumo de energia de 1500 KWh e essas pessoas pagam R\$ 0,48 na conta de água, desses Municípios é de R\$ 6,00 a 7,00 para 10 metros cúbicos. Temos a tarifa social para quem precisa dela. Aqui é o faturamento total por Município. Com os industriais, infelizmente só não tem um mercado tão bom quanto Cerquilha já que o nosso industrial consome bem menos do que o de Cerquilha e nossa tarifa média provavelmente é compatível com a tarifa média de Cerquilha. Como o custo do serviço é, pessoal, energia elétrica, não dá para se reduzir muito os custos. Então em termos de custos médios estamos considerando pouco competitivo. Estou falando de custo médio, não tarifa. E nossa tarifa é maior porque não temos a oportunidade que o Município autônomo tem de pegar recursos orçamentário Municipal, nosso recurso é exclusivamente da tarifa, só temos captação de recursos no mercado financeiro à taxas de juros brasileira, para você verificar o custo desse dinheiro, infelizmente ele tem de ser repassado para a tarifa, não em outra alternativa. E cerca de 90% dos nossos clientes são residenciais, e aqui tenho praticamente 70% eu fiz a matriz para entregar a todos os Municípios, só estou aguardando a publicação do balanço. Aqui fiz uma demonstração da arrecadação. Muitas pessoas costumam falar que a tarifa da SABESP é alta. Mostro para todos vocês que na faixa residencial e na social, nossa inadimplência é 0,3% desse Município 1,6%. Entendemos que com essa inadimplência nossa tarifa está de acordo com a capacidade da população. O que pode ter na nossa tarifa e já estamos discutindo internamente, inclusive com sugestões até do próprio lelo para que mudássemos essa estrutura, talvez nossa tarifa seja mal distribuída do ponto de vista estrutural, mas é uma coisa que estamos trabalhando de maneira corporativa para todos os Municípios e oferecer para o Município essas informações. Aqui é sobre a arrecadação total. E eu tenho a inadimplência de 1,5% nesse Município. Diferente do Município de Cerquilha a SABESP capta dinheiro para juros, a SABESP tem acionista e tem que mostrar resultados aos acionistas. Para cada Município vamos mostrar a situação com todas as obras, todos esses ativos e o valor desse ativo, tudo aquilo que já foi depreciado pela vida útil dele. Aqui da obra de 2004 nesse Município. E a intenção é fazer dezembro de 2005 para que na negociação como os Municípios eles tenham ciência dos custos envolvidos para entender, porque

os custos da tarifa tem esse valor e porque estamos trabalhando com esses valores. Aqui é como fazemos a composição desses custos, salários, materiais, encargos, depreciação, amortização. E como é a composição de custos desse Município. Aqui temos o investimento do Município não depreciado até o ano 93 e também o saldo de água e esgoto e o capital de giro, e tenho o numeral de investimento da ordem de 3,3 milhões que é o dinheiro que usamos para pagar os juros que captamos no mercado e para pagar os acionistas. Aqui a receita anual para esse Município, 11 milhões de receitas diversas, água e esgoto. Com 12 Municípios que pelos valores apresentados está na ordem de 5 Milhões de habitantes e uma população de 60 mil habitantes e antes era metade dessa população. Então nossa receita é compatível com a receita do antecessor. Esse Município tem superávit operacional e na hora que coloco a depreciação para pagar o principal da reposição e a remuneração do investimento para pagar a dívida, ele praticamente ficou negativo. Tenho uma receita de 11 milhões, com mais 2 acrescento talvez 3 milhões e tenho um déficit nesse Município, por questões de captação de recursos para poder fazer as obras. Se o Município de Cerquilha que me antecedeu for captar recursos, ele vai cair nisso aqui. Vai ter de colocar os juros e principal da tarifa de R\$ 9 milhões e conseqüentemente vai ter de aumentar essa tarifa para pagar. E sobre o novo contrato da renovação vou deixar para o Ricardo falar que ele vai falar em nome do Estado, e vai entrar em detalhes. É isso que eu teria de colocar para vocês, em breve todos os Municípios estarão recebendo essa planilha que eu apresentei aqui com todos os detalhes e para as pessoas ficarem mais confortáveis com os custos acho que é uma obrigação da SABESP muito bem cobrado pelo lelo. Obrigado a todos.

Sr. Kenji - Chamo agora o Presidente do SINTAEMA que é o Sindicato dos Trabalhadores em Esgoto, Água e Meio Ambiente e eles tem acompanhado também a renovação de contrato com a SABESP e vão falar da Posição do SINTAEMA com relação à renovação dos contratos com a SABESP.

Presidente do SINTAEMA – Sr. Elifas - Boa tarde a todos. Companheiros e companheiras. Cumprimento os componentes da mesa e do Comitê, falo em nome da Diretoria do Sindicato. Está aqui presente a Diretora Marli, o Rene e estamos para contribuir para esse debate importante da renovação de contrato com a SABESP pelos Municípios. E inicio também minha fala com uma saudação pelo dia internacional da mulher, um dia de luta e importante. Dizer que nesse momento nosso Sindicato está representado lá na Av. Paulista naquela marcha que vai sair do MASP até a Pça. da República, fica então essa saudação do SINTAEMA a todas as mulheres do mundo todo. Dizer que o SINTAEMA representa os trabalhadores da SABESP, CETESB, Fundação Florestal, ligada à SMA, a SANED de Diadema, SEAT de Mairinque a passamos agora representar também os trabalhadores de Itu. A nossa visão sobre o assunto faz parte de uma compreensão que nos trabalhadores fomos adquirindo ao longo do tempo da necessidade de além de profissionais que somos do setor, a responsabilidade que temos para com a saúde pública e preventiva também fomos construindo através de nossa organização nos nosso congresso e debates uma opinião. E conseguimos construir alguns pontos que ao nosso ver é uma contribuição para o Prefeito e para a concessionária. Nós somos unidade de classe e devemos defender os interesses imediatos dos trabalhadores e seus associados, mas que nossa concepção extrapola isso e procura também ajudar o debate, e achamos que é importante construirmos uma visão e conseguimos e vou apresentar ao final os tópicos que achamos importante e já quero lembrar que enviamos aos Prefeitos todo esse material em que a SABESP opera em 368 Municípios e em alguns deles inclusive nos receberam como o caso do lelo de Botucatu quando tivemos a oportunidade de conversar algumas vezes e ele tem uma preocupação e na minha visão é uma preocupação bastante profunda, muito interessante e que manifestou aqui sua visão e praticamente em 90% compartilhamos com a

visão dele. Nós temos um problema com a terceirização que eu gostaria de relatar aqui depois, se eu puder. Mas de qualquer maneira as premissas fundamentais que ele passou aqui são importantes. A pergunta é se somos a favor ou conta a renovação de contrato da SABESP como os Municípios. Acharmos que é possível e defendemos a renovação como os Municípios, porém em novas bases. O que eu tenho a dizer em rápidas palavras é que a SABESP é uma empresa constituída em cima do modelo do Planasa o Plano Nacional de Saneamento que foi criado na década de 70, na ditadura militar, e foi constituído companhias estaduais em todos os estados e a SABESP como uma delas. E me lembro muito bem nesse período o Município em Cabreúva muito próximo a Cerquilha, quando a Prefeitura foi buscar uma verba em 1976 e o governo disse 'não preciso dar o recurso, tem uma empresa que opera.' Então isso foi uma certa imposição, ou você aderiria ou não tinha os recursos. Essa foi uma relação muito importante e vale a pena destacarmos para depois fazermos um contraste com a importância do controle social e em que bases deve-se dar o contrato. E a SABESP deve desenvolver essa cultura porque ela foi criada e gerada na época militar que era de pouco diálogo e mais a vontade de quem mandava e obedecia quem tinha juízo, esse era o conceito básico da época da ditadura militar. E depois de constituída a SABESP foi acampando Municípios e em meados da década de 80 esgotou-se o modelo do Planasa em função também do esgotamento do modelo do regime ditatorial, e em decorrência disso também ações financiadoras com o BHN deixaram de existir e a verdade é que no Brasil depois do Planasa não temos uma política nacional para o setor do saneamento ambiental, isso há aproximadamente mais de duas décadas. E os esforços que estamos fazendo e lutando nesses últimos quinze, vinte anos, é que o Brasil tivesse uma política para o setor. Uma política que discipline, que dê essas diretrizes fundamentais, que oriente, e é isso que insistimos e no Brasil inteiro temos o SINTAEMA, insistimos para que se montasse isso e fizemos uma proposta de um projeto que é muito interessante, o PI 99. E um dos primeiros atos do FHC quando de seu primeiro governo foi vetar esse projeto e depois com situações de caráter mais político e perpassou todo seu governo e não conseguiu criar um projeto nacional com uma política nacional para o setor. No atual governo tem um projeto tramitando em Brasília um projeto executivo, o 5296, que está no processo de tramitação muito lento e em virtude dessa crise principalmente que pairou sobre o Planalto, sobre o problema político que lá ocorreu, e estamos nos esforçando para que se institua um projeto nacional para o setor, para sua disciplina e que se crie definitivamente uma política porque se trata de um serviço que tem um canal direto com a saúde pública e é um serviço inadiável para a população, e portanto ele pede a urgência em sua própria essencialidade. No Estado de São Paulo nos deparamos com um problema, a SABESP é uma empresa hoje de capital aberto, nos últimos 12 anos com a política de privatização no Estado de São Paulo do governo do PSDB privatizando todas as empresas, o que sobrou no Estado basicamente foi a SABESP, a CETESB, Nossa Caixa e várias empresas estruturante do Estado de São Paulo foram todas privatizadas. Quero dizer para as Sras. e Srs. que quase todos os recursos do Sindicato foram para travar uma luta contra a privatização do setor. Porque a água e o esgoto você não tem opção de escolher essa ou aquela rede, para se comprar água, não é como a cerveja que você pode escolher, ou pó de café ou arroz, ou vestuário, a água tem um monopólio natural e ou você compra ou não tem água. Pela natureza do serviço por ser um monopólio natural e ter uma relação direta com a saúde pública nós somos totalmente contra a privatização. Essa é a luta fundamental do Sindicato até hoje e persiste e estamos levando avante e defendendo e qualquer Prefeito que queira levar essa bandeira vai ter o apoio do SINTAEMA, caso contrário a gente vai respeitar a opinião e fazer campanha contra, porque a privatização nos países onde foi incentivada e se efetivou, e aí por exemplo nas cidades do Amazonas,

Manaus, a população luta para expulsar a empresa de lá, em Cochabamba também teve problema e na Argentina também. Por que ? Porque a empresa privada, em sua essência, em uma das leis fundamentais é o lucro. E qual o lucro que uma empresa como a SABESP pode garantir para a população ? É saúde pública. Esse dado aqui apresentado do índice de mortalidade infantil, garantindo acesso universalizado, essa é a questão fundamental, independente da posição social a pessoa deve ter acesso a esse bem e acesso a saúde pública. Essa é a bandeira principal desse Sindicato. E pedi a licença para ler os pontos importantes para compor um projeto ou um contrato de programa, agora é contrato de programa porque não é mais aquele contrato clássico, e o governo do Estado tem de ter um decreto que é do Município para poder disciplinar e instituir o chamado contrato de programa e para isso o governo precisa estabelecer metas e uma série de premissas que ele precisa para o contrato. Mas independente da modalidade do contrato, a sua essência para nós deve compor alguns pontos que já distribuimos para os Prefeitos e depois se quiserem temos ainda algumas cópias aqui.

Essa visão tem se estar baseada no foco social, contemplando os seguintes pontos: 1º. Universalização do acesso ao serviço de saneamento ambiental. Porque o ser humano ainda não inventou alguma outra coisa que substitua a água, a coleta de esgoto e o tratamento para poder ter os rios conservados e os mananciais, necessário para nosso ambiente. E o acesso universal é um serviço da natureza do produto. Blindagem política das companhias estaduais e dos serviços Municipais evitando com isso eventuais desvios de recursos para finalidades a que não foram constituídas. O recurso deve ser investido no nosso setor, como já foi mencionado para conseguir a universalização. Efetivo controle social da gestão administrativa e financeira. Deve-se garantir o controle social que é fundamental para se fiscalizar, acompanhar também pelas suas organizações interferindo de maneira a garantir esses serviços, seu controle e sua universalização. Defendemos sim a instalação de agências de regulação autônoma independente dos prestadores de serviços. Eles que podem conferir e fiscalizar o andamento e com capacidade de atuar se necessário para que as coisas andem a contento e para isso esses órgãos devem ser autônomos em relação a concessionária. A revitalização e o fortalecimento das companhias estaduais. Acreditamos que uma companhia como a SABESP, umas das principais do mundo tem algo sim a oferecer. Tem um corpo técnico preparado e formado, bastante capacitado e reconhecido e ao nosso ver a SABESP não esgotou seu papel aqui no Estado de São Paulo e ela tem algo a dizer dentro dessas bases que acreditamos e passamos aos Srs. e Sras. A priorização de recursos oficiais para o financiamento do setor público, isso tem de ser uma prioridade do governo em todas as esferas garantindo os investimentos e reparos necessários, e ter sempre como metas uma oferta a altura da demanda, isso não pode sofrer interrupção. A prática do subsídio cruzado com total transparência. A SABESP opera basicamente com os pequenos Municípios. Eu quero dizer uma coisa, eu não li o contrato porque não tenho mas eu tenho informações sobre os contratos e acho importante renovar e me causa espanto, se cada Município, se cada Prefeito, fizer em seu Município uma comissão e subsistir isso vai sobrar sabe para quem ? E se a empresa não for agressiva nesse ponto de vista, vai sobrar para que os Municípios tenham a renovação de contrato e vi a experiência aqui e achei interessante, mas olha, não é fácil não, é uma experiência que tenho e acho interessante de 30 anos no setor. E até para as Prefeituras achamos que é importante o subsídio cruzado para poder garantir que os Municípios tenham a mesma condição o mesmo direito e o mesmo acesso que um grande Município tem em seu tamanho porque essa necessidade independe do tamanho do Município. Eu acho um risco quando os grandes Municípios conseguem fazer um contrato, os médios também mas os pequenos podem ter dificuldades e ai ficam com a brocha na mão e acho que os Municípios tem de pressionar o governo e a

SABESP para que garanta a esses Municípios todos os investimentos e planejamento consistente para usufruir o contrato. E esse planejamento se transforme em realidade evidentemente. Nós temos opinião contrária ao consórcio dos Municípios, que na prática inviabiliza a empresa estadual porque ele pode pegar uma rede de Municípios e criar seu consórcio e dentro de nossa proposta passa a ser um expediente que inviabiliza a empresa estadual que dentro da nossa visão ela tem um papel a cumprir no Estado e defendemos a contrariedade de se fazer consórcios de Municípios. E fica ressalvado que caso haja privatização parcial ou plena da concessionária será considerado nulo o referido contrato da SABESP de concessão sem ônus para o poder concedente. Sugerimos aos Srs. Prefeitos que haja essa garantia de qualidade do serviço público universalizado. E nós da SABESP enfrentamos isso e combatemos sim a terceirização porque é uma precarização das relações de trabalho e o resultado final do trabalho fica comprometido e nós somos todos pelo concurso público para contratação de mão-de-obra, por qualquer tipo de modalidade de privatização porque entendemos que a empresa SABESP tem condições de tocar seu negócio, tem prioridade em seus financiamentos mesmo aqui no caso das instituições nacionais para tocar seus negócios e a lógica da privada é isso, a SABESP hoje fica refém ou muito mais influenciada pelo capital internacional que são os donos de boa parte de suas ações e que procuram interferir através do Conselho administrativo, desautorizando muitas coisas e procuram inclusive dificultar ações da própria categoria em reivindicar seus direitos e achamos que do ponto de vista do SINTAEMA, da população e do próprio corpo técnico que constitui a empresa efetivamente, isso é um prejuízo e combatemos isso. Essa questão da privatização entra um pouco nessa visão mais geral que hoje enfrentamos nas modalidades de privatizações. Prefeitos, sociedade civil, autoridades aqui presentes essas são algumas das propostas que estamos debatendo com os Prefeitos e a enviamos a todos os Prefeitos e estamos dispostos a dialogar como os Prefeitos e com a sociedade civil e essa opinião é pública do SINTAEMA, o Brasil todo conhece e essa é nossa contribuição para esse importante tema que foi o debate realizado neste Comitê de Bacia na cidade de Cesário Lange. Obrigado pela atenção e fico à disposição.

Sr. Kenji- Agora vamos ouvir o Sr. Carlos Pedro Bastos da ASSEMAE- Associação de Serviços Municipais de Água e Esgoto no tema as Possibilidades Administrativas para Gestão do Saneamento no Município.

Sr. Carlos Pedro Bastos - ASSEMAE – Boa tarde a todos. Principalmente às mulheres. Muito obrigado pelo convite do Comitê. A ASSEMAE se sente bastante orgulhosa de estar aqui. Eu vou falar um pouquinho da empresa onde trabalho, vou falar mais rápido porque a apresentação é relativamente longa, então vou pular muita coisa. Mas vou mostrar para vocês onde uma autarquia pode chegar. O SEMASA está na RMSP e ela está em uma área com mais da metade na região de mananciais e na cidade tem 650 mil habitantes. Começou em 1969 e a partir de 97 incorporou outros serviços e se tornou uma empresa de saneamento ambiental. Tem a distribuição de água, coleta de esgoto, gestão de resíduos sólidos e ambiental e de riscos ambientais, e drenagem urbana e incorporou também a defesa civil do Município. Como a gente faz a gestão? Somos certificados pela ISO 9000 há 10 anos. Temos uma política de qualidade que prevê todos esses itens, temos uma missão e as ferramentas dessa gestão, reuniões, análises críticas da direção com grupo da melhoria da qualidade com os Gerentes, e do grupo de multiplicadores e todos eles participam da gestão e tem toda uma documentação necessária para a gestão. Todos estão envolvidos. Trabalhamos com indicadores, temos 21, administrativos, estratégicos e uns 150 indicadores gerenciais. Tudo que acontece temos registrado, catalogado e identificado e sabemos a sua pendência, quando há. Planejamento, somos uma autarquia do Município e a gestão tem então um programa de governo a seguir. O orçamento

é participativo, planejamento estratégico. O orçamento e o COMGESAM o Conselho Municipal de Gestão Ambiental. Relação com o cliente. Temos hoje cinco postos de atendimento e alguns deles inclusive atendem também demandas da Prefeitura. E temos um e-mail através de nosso site, um telefone 115 24 Hs que atende praticamente 75% da demanda. E temos um telemarketing que quando vai faltar água delimitamos a região, gravamos uma mensagem no computador e ligamos automaticamente para todas as casas da região informando quando a água vai faltar. E também fazemos uma pesquisa dos serviços executados, para ver a reação do cliente. Plano diretor de abastecimento de água, ele está totalmente implantado, e com validade até 2010 e em 2002 estava totalmente concluído mas direcionado até 2010. Plano diretor de esgoto também totalmente implantado e o plano diretor de drenagem que foi o primeiro no Brasil, e conseguimos de 97 para cá reduzir em 50% os pontos de alagamentos da cidade. Temos hierarquizado por importância, atendimento e por valor todos os projetos necessários à cidade. Em relação ao futuro, temos um plano de gestão ambiental, está ainda em formação e temos também um plano diretor de resíduos sólidos. Da tecnologia temos um pacote de informática absolutamente brilhante em todos os serviços. No total temos 450 micros para 1300 funcionários, e grande parte deles operacionais, ou seja, em quase toda mesa tem um computador. Temos um serviço com todo cadastro de água, esgoto e drenagem informatizado. Do gerenciamento de água, telemetria e telecomando absolutamente em tudo, operamos todos os 22 centros de reservação de uma central. Os caminhões de coleta tem GPS, e qualquer reclamação que chega eu vou no mapa e vejo se ele passou, a que horas, e em que velocidade passou para ver se deu tempo de coletar. Temos esse controle fino. E também usamos água de reuso, para desinfetantes temos o sistema de micro ondas, pesquisa de vazamento, hidrometração na cidade toda. De valorização profissional que é importante temos um dos indicadores para atingir 10 horas/ano por funcionário na média de treinamento operacional e 30 Hs/ano para funcionários administrativos. Inclusão digital, todos os funcionários participam, eles não aprendem a usar o computador mas passam a conhecer o que é o computador e para que ele serve. E eventos diversos. Na gestão de pessoas, temos uma cooperativa de crédito, todos os interessados depositam uma parte de seu pagamento mensal e isso se torna um fundo de garantia porque o regime é estatutário. A Associação dos Servidores com uma sede com tudo, quadra coberta, piscinas e outras coisas. Grupos de apoio, de combate a dependência química, assistência médica, benefícios, palestras e outras coisas. E ainda um jornal interno e um correio interno eletrônico, linck com a internet, intranet, quadro de avisos, clipping de notícias diárias. Muitos programas de conscientização ambiental, preservação, conservação e recuperação. E a participação da sociedade, com a inclusão social, cooperativa de reciclagem para resíduos sólidos, coletas seletiva em 100% da cidade. As coletas vão para as Cooperativas e isso gera renda. Usina de reciclagem de papel onde temos garotos em situação de risco e que são tirados da rua e trabalham nessas usinas de reciclagem. E educação para o uso racional da água. Um Centro de Referência que tem biblioteca, computadores para pesquisa aberto à população e agora no ano passado ganhou o selo verde do meio ambiente, ou seja, o Ministério agora provê de material o Centro de Referência. Prêmios ao longo desses anos : em 98, as 100 melhores práticas da ONU em 98, Menção Honrosa 98, Desempenho Empresarial 99, FGV 2000, Prêmio da Caixa Econômica porque fazemos urbanização de favelas 2001 e 2002, FGV 2003, Revista Casa 2004, em 2005 fomos eleitos a melhor companhia de saneamento do país pela revista Saneamento Ambiental. Temos avaliações mensais, pesquisa por telemarketing e na média a avaliação está acima de 85% entre ótimo e bom. Nessa parte seria isso e estou à disposição se precisar. Tentei ser o mais rápido possível.

Gostaria de falar sobre a ASSEMAE em praticamente duas partes, a terceira só é uma informação. Alguns aspectos constitucionais pertinentes, não sou advogado sou Engenheiro e me perdoem algum equívoco, trabalho com um trabalho do Prof. Antonio Carlos Pastore e as possibilidades administrativas de gestão. No primeiro caso a Constituição 'institui diretrizes para desenvolvimento urbano inclusive habitação e saneamento básico' competência da União, instituir diretrizes. Ela não é prestadora de serviços mas responsável pela instituição das diretrizes que nortearão. Infelizmente ainda estamos sem uma lei que cuide disso. É competência comum, da União e Estados 'promover programas de construção de moradias e melhorias das condições do saneamento básico', a União então pode promover essas melhorias e a competência de promover essas condições não se confunde com a competência de prestar os serviços. No inciso 9 do art. 83 'A União colaborará como ente com o titular' quem seja o titular, pode condicionar por exemplo o acesso a recursos. A União detém os serviços indiretamente por meio de estabelecimento de condições de acesso aos recursos federais.' Foi falado aqui até por Cerquilho, não conseguiu financiamento, eles tem regras, muitas delas equivocadas, inclusive a regra que impede financiamento para autarquias de forma direta, mas essa é a gerência da União. Compete ao Município 'legislar sobre os assuntos de interesse local. Organizar, emprestar diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão os serviços públicos de interesse local...' em se tratando de rede de distribuição e coleta de esgoto que tem uma conexão direta com a residência do usuário, não pode ser confundido que isso não seja do interesse local. A constituição institui as regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, ou seja, para funções públicas de interesse comum, notoriamente a distribuição de água e esgoto pode ser entendida como interesse comum. As questões de competências estão integradas, realização, planejamento, execução e não é necessário e nem obrigatório reorientar as competências em decorrência disso. As competências são o conjunto de atribuições das pessoas jurídicas ou órgãos e agentes fixados pelo direito. A competência tem a ver com responsabilidades. Titular, é aquele que a lei atribui a competência. O poder concedente tem a prerrogativa de prestar o serviço. Quando o serviço destinar-se a um único Município a competência para sua prestação será Municipal. E quando a dois ou mais, será comum, aos Municípios envolvidos e ao Estado. A produção de água, competência do Município, exclusiva ou em comum com o Estado e demais Municípios, se tiver mais de um. Distribuição de água, competência do Município exclusivo. Afastamento e tratamento de esgoto, competência do Município exclusiva ou também em comum com o Estado e demais Municípios dependendo da bacia. Possibilidades de administração, direta pela própria Prefeitura, ou indireta, autarquias, sociedade de economia mista concessão estatal, privada ou consórcio. Que está definido na lei de 2055. A responsabilidade do poder do Município, garantir a prestação de serviços adequados, regulamentar e fiscalizar os serviços, aplicar penalidades, intervir na realização dos serviços, homologar reajuste e realizar tarifa. Cumprir e fazer cumprir regulamentos e contratos, zelar pela boa qualidade dos serviços, declarar a utilidade pública, estimular a melhoria e qualidade, competitividade, fazer uma avaliação do que acontece no entorno para que possa questionar e cobrar. Estimular a formação de Associação dos Usuários. Das responsabilidades dos prestadores, prestar serviços adequados, manter inventários, prestar contas ao poder Municipal, cumprir normas, permitir fiscalização, desapropriações, integridade, captar e aplicar recursos. Direitos dos usuários, receber serviços adequados, receber informações do poder Municipal e do prestador, levar ao conhecimento do poder Municipal qualquer irregularidade que perceba e comunicar ao poder os dados obtidos, contribuir para a boa manutenção do sistema. Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento do usuário, conforme estabelecido nessa lei, nas normas e artigos pertinentes do respectivo contrato. Aqui subsidia

o que são serviços adequados. É o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, continuidade da sua prestação e condicidade de tarifas. A delegação pode ser por concessão ou por cooperação federativa, que como já dito aqui tem de ser vinculado ao Município ou ao Estado, não a empresa SABESP no primeiro momento.

A ASSEMAE é uma associação que congrega 1700 Municípios, e faz o abastecimento de água com a gestão própria e mais de 5000 que fazem a gestão da drenagem e dos resíduos sólidos. E defende a titularidade do Município para o saneamento. Eu também represento a frente nacional do saneamento que congrega prestadores públicos, trabalhadores, movimentos populares, órgão de defesa dos consumidores, associações de usuários, e outras ONGs.

É isso, agradeço pela atenção, desculpe pela correria mas o tempo era curto. Obrigado.

Sr. Kenji-

A intenção nossa como Câmara Técnica é de tentar trazer várias informações para que vocês possam ter esse conhecimento e todo esse material está disponível é só nos procurar. Também tivemos na Câmara Técnica de Saneamento uma reunião com a Secretaria Executiva no Cepam, uma reunião que o Prefeito do Município Lins realizou com os nossos Prefeitos e temos a Ata dessa reunião e também uma minuta desse contrato, e estamos tentando mostrar as várias possibilidades para essa questão. Agora convido o Sr. Ricardo Araújo para falar sobre Saneamento Básico e o Governo do Estado.

Sr. Ricardo Araújo – Secretaria de Energia Recursos Hídricos e Saneamento – SERHS- Boa tarde a todos. Eu pedi para falar por último porque gostaria de ouvir todas as posições dos que me antecederam. Mas evidentemente foram levantados pontos em demasia, e eu não tenho condições de tocar todos os pontos aqui, essa é uma desvantagem de falar por último. Acompanhei todas as intervenções mas também o controle do horário não me permite que me alongue muito. De maneira que gostaria de colocar o seguinte, existe uma série de contratos aqui vencidos ou a vencer. E em todos os lugares que tenho ido nas últimas semanas há uma certa reclamação que tem uma justeza, pelo menos relativa, acerca de uma demora do governo do Estado e sobretudo da SABESP de procurar os Municípios para tratar dessa renovação. Acho que esse ponto merece uma exposição curta, objetiva e esclarecedora. Na verdade tivemos nesse período uma dúvida muito grande sobre que instrumento jurídico usar, não para renovar os contratos a vencer, não temos usado a expressão renovação de contratos, temos usado a expressão assinaturas de novos contratos, porque substantivamente esses são contratos, se forem assinados, e devem ser assinados, substantivamente diferente daqueles que caracterizaram o período que já foi dominado pelo Planasa. Acho que o Elifas tem meia razão quando disse que houve uma certa imposição desses contratos no passado, foi uma imposição relativa, talvez tenha tido, mas houve vantagens e desvantagens nisso. Seguramente os tempos mudaram, eu não sou adepto daquela tese de quanto mais muda mais fica a mesma coisa. A realidade muda e é necessário que levemos em conta esses fatos. A posição do governo do Estado e pela SABESP, é assumir que os tempos mudaram e precisamos assinar contratos em novas bases. Evidentemente estamos preocupados com o equilíbrio do setor e de forma nenhuma serão assinados esses contratos onde não esteja garantido um certo equilíbrio financeiro por um período bastante longo de 20, 30 anos dependendo da negociação. Mas consideramos que a princípio nossa atitude é de maior atenção. Sabemos que o setor de saneamento básico funciona de uma forma muito diferente do que outros setores de infra-estrutura, porque os de energia elétrica e de telecomunicações são extremamente analisados, as concessões são decididas pelo governo federal, e ao que me conste nenhum Município e nenhum governo do Estado é ouvido a esse respeito. Não sei de

nenhuma concessionária de energia elétrica que compareceu em alguma reunião semelhante a essa para discutir os termos de seu contrato. Ela participa de uma Audiência Pública mas esse é outro caso, ela não vem em uma reunião como essa. O setor de saneamento é regido de forma diferente. Eu não vou entrar aqui na discussão, quase teológica, o setor é um mundo de incertezas hoje em dia para a RMSP. No entanto para o interior de São Paulo não vigora grandes incertezas a respeito. Opinando ligeiramente diferente do Prefeito do Município Botucatu, não estamos discutindo se o poder concedente está no Município, a questão está sob júdice, é das regiões metropolitanas que são fatos modernos no Brasil, que abriga 43% da população brasileira. E ninguém sabe cuidar disso. E nenhum governo tem ajuda positiva sobre isso, nem o governo do Estado. Essa é uma questão que transcende o debate mas não está em discussão. Por que demoramos a vir aqui ? Porque tínhamos uma dificuldade de entender quais são os instrumentos jurídicos que poderemos utilizar nos novos e diferentes contratos. Porque a legislação brasileira é difícil e há certas correntes de juristas que defendem que a lei de concessões não deveria ser utilizada para fazer os novos contratos de concessão naquilo que diz respeito a inegibilidade de legislação. Recentemente, em abril do ano passado, foi aprovada uma lei no parlamento brasileiro, de iniciativa do governo federal, a lei de consórcios, e diz em um dos seus artigos, há um advogado aqui presente e pode dizer com mais peso, que é um artigo anômalo que fixa que um ente da federação, por exemplo um Município que pode contratar uma organização de um outro ente da federação, por exemplo a SABESP do governo do Estado, através de um instrumento novo que é o contrato de programa. E deve ser antecedido de um convênio com o Estado. Para que a apreensão daquela lei se fizesse, tivemos inúmeras consultas jurídicas e que nos disse para seguir por esse caminho. E é exatamente isso que estamos fazendo. Do nosso ponto de vista já estamos quase completamente preparados para dar início a uma rodada efetiva de conversações para verificar se há condições da empresa continuar com os serviços. Em mais alguns dias, estamos no começo de março, deveremos ter minutas, sugestões, que devem ser postas à Instituição, dos modelos de convênio entre o governo do Estado e os Municípios, dos contratos de programa entre a SABESP e os Municípios. Queremos trazer isso para os Srs. Prefeitos e iniciar tantas discussões quanto forem as localidades necessárias. É lógico que temos limitações pessoais, abrindo um parêntese, eu não sou o Coordenador de saneamento da SERHS, mas a minha equipe sou eu mesmo. Mas temos condições aqui por exemplo se for o desejo dos Srs. Prefeitos isso pode ser agendado e marcar por exemplo na última semana do mês e começarmos essa rodada intensiva de conversações com os Prefeitos, já trazendo essa minuta, que evidente, deverão ser examinadas pelas Prefeituras, Câmaras Municipais, com tempo, nossa idéia não é necessariamente fazer no afogadilho. O fundamental para nós é chegarmos a um acordo que representa um consenso, uma negociação de entendimento entre as partes do que é possível fazer e fazendo o possível para estar presente em todas essas reuniões aqui na bacia e mais o Artur Superintendente de Botucatu. E ninguém falou isso aqui, mas se costuma falar por muita gente, que o setor de saneamento no Brasil vive uma crise. No Estado de São Paulo não se vê isso, e possível que se veja por exemplo nos Estados do Norte cujos índices de atendimento à população tiveram uma pequena queda em torno de 1991, 2001, mas aqui para o Estado de São Paulo isso não é verdade. E eu diria mais, no caso específico da SABESP os investimentos que foram feito nos últimos 10 anos são absolutamente colossais e são da ordem de mais ou menos 30% dos investimentos em saneamento feitos no Brasil, embora a SABESP atenda hoje em suas áreas de concessões por mais de 13% da população. Foi isso o que fez com quem a SABESP saísse comparativamente aos Municípios que tem organizações autônomas, de uma situação não tão adequada em 1992 a 1994, tinha uma maior coleta de esgoto e

tinha menos tratamento, para uma situação que agora ela tem abastecimento de água para todo mundo. Quem está excluído do atendimento da SABESP ? Apenas, não é o caso aqui, salvo pequenas exceções, daquelas áreas da região metropolitana marcadas pelo loteamento clandestino em que a SABESP não pode colocar água por questão legal, e em algumas favelas, não todas porque a maioria das favelas tem água e diga-se de passagem comecei minha carreira gerenciando programas de abastecimento de água em favelas da RMSP. Em segundo lugar a coleta de esgoto e o tratamento da SABESP atinge hoje números muito elevados. Alguém vai dizer, 'não, ainda há muitos e hiatos' e há vários Municípios da região que não tem tratamento. É certo isso, mas é certo também que a diferença entre a oferta e a demanda tem encurtado muito esses números. Hoje dos 280 Municípios pequenos que a SABESP opera 180 tem tratamento de esgoto. Essa é uma situação em que não se encontra em nenhum país desenvolvido. É uma situação paulista e sobretudo comparativamente com os Municípios autônomos, positiva. Uma situação favorável. Há Municípios autônomos muito competentes com certeza como o caso do Município de Cerquillo que vimos aqui. Mas há Municípios que tem serviços ruins e grandes até que não tem sequer plano de expansão para tratamento. Temos hiatos ainda, mas no nível de investimento que temos feito certamente esses hiatos vão se tornar cada vez menores e ousado dizer aos senhores que as grandes companhias ambientais que operam no Brasil os maiores estão concentrados nas próprias regiões Metropolitanas que é uma área de difícil trato urbano, diferentemente dos Municípios do interior que em geral são também mais organizados. O governo do Estado tem também a dizer o seguinte, nosso interesse nos Municípios é cobrir todo mercado hoje operado pela SABESP. É nossa posição como acionista majoritário. E eu queria deixar claro um aspecto. Se a SABESP pensasse apenas como uma empresa privada, que visa única e exclusivamente o lucro, ela certamente não almejaria essa mesma queda que estou anunciando aqui. Porque alguns Municípios são deficitários. E são mesmo. As vezes não operacionalmente, há Municípios pequenos em que há uma receita que o torna superavitário desde que não entre a questão dos investimentos. Porque nessa questão o pagamento dos juros torna deficitário. Mas é uma posição do acionista majoritário de que o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo com equidade social e com garantia ambiental depende de um atendimento que vise a universalização da prestação de serviços incluindo tratamento de esgoto dentro de um perímetro que seja evidentemente realista e compatível como os recursos existentes. E queria fazer mais uma observação sobre isso e aí um pouco respondendo amigavelmente ao Prefeito do Município Botucatu, que a SABESP foi menos incisiva no tratamento de esgoto. O tratamento de esgoto em qualquer país chega nesse princípio. Quem conhece administração de empresas sabe que temos uma coisa chamada hierarquia das necessidades de Maslow. Primeiro o sujeito precisa comer, se não sobrevive, e precisa vestir se não... e precisa dormir com conforto, ter segurança... é semelhante com o tratamento de esgoto, o primeiro senso do IBGE no Brasil de água e o de água foi feito em 1960, antes disso o senso não fazia contagem de Municípios atendidos, naquela época era de 30 milhões e só 12 milhões tinham abastecimento de água, 12 milhões concentrados no antigo Estado da Guanabara. São Paulo era uma cidade em que faltava água e não havia sistema múltiplo de água. Em 200 éramos 137 milhões de habitantes, 123 milhões de habitantes abastecidos com água. 110 milhões a mais em 40 anos. E agora para falar de esgoto, 70 milhões, foi um salto fantástico. Há ainda desafios. Só que esses desafios de tratamento de esgoto em países desenvolvidos contam com recursos de ordem fiscal, os recursos dos impostos. Nos EUA e na Europa. Eu estive há alguns anos em Portugal e as ETEs que precisavam ser feitas eram com dinheiro a fundo perdido da comunidade da união européia. Aqui em São Paulo salvo algum dinheiro que vem a fundo perdido, no caso da SABESP os investimentos são feitos com

recursos tarifários. É um esforço enorme que a empresa faz para atender por conta própria o que outros países fazem com muito mais renda e muito mais efetividade social, o fazem sob a forma de impostos. E nós provavelmente continuaremos nessa linha porque não temos como já dito, políticas muito bem definidas para o setor de saneamento no Brasil. Diria como técnico que nos últimos 10 anos, ou quase isso, tivemos uma rota ciclôtmica, ou quase isso, muito desanimadora em recursos para o setor, no Brasil. Nos 10 anos ! Deixe-me ver se tenho mais alguma observação para fazer. E tenho impressão que tem uma série de questões que foram colocadas pelo Prefeito, pelo Elifas, pelo próprio Piza, pelo companheiro da SEMASA. Pelo Elifas o que eu poderia responder aqui, mas tenho impressão que me alongaria e temos prazo, não quero também cansar os senhores, e essa discussão pode perfeitamente ser feita em outra ocasião. Só então para recapitular os pontos que parecem essenciais do ponto de vista da objetividade. Dentro de mais poucos dias teremos disponíveis as minutas aos Municípios da SABESP para entregar aos senhores Prefeitos e abrir já essa rodada de negociação. Eu proponho na dependência da disponibilidade dos senhores que com a mediação do Artur nós possamos agendar uma série de reuniões em seguida, aproveitando o tempo o mais rápido possível de uma forma produtiva, para que a gente consiga esclarecer as intenções de ambas as partes, e chegar a um bom acordo que é uma questão, me parece da necessidade de todos. Só uma informação para o Prefeito do Município Botucatu sobre a ETE, foi esclarecido, já está começando a operar, é uma questão importante e ela de fato ficou muito tempo para ser executada. E quanto aos contratos irregulares, é um problema, eu não tenho informações sobre isso, não é minha área, eles estão no MP. E a gente espera evidentemente que haja providência da parte de quem é o responsável para tomar as providências legais. São as questões que eu queria colocar.

Tentei ser o mais breve e objetivo possível. Agradeço a atenção e a paciência dos senhores que esperaram até agora.

- Sr. Kenji- Chamo agora rapidamente os palestrantes, os Prefeitos, para comporem a mesa, vamos passar aos debates.
- Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Dando continuidade à reunião vamos abrir a fase de debates com nossos palestrantes. Temos de 20 a 30 minutos. Gostaria também de discordar do Prefeito Ielo quando falou que os Prefeitos são os responsáveis pela concessionária da SABESP. Discordo com o Prefeito nesse sentido, concordo com toda a palestra, menos nesse ponto, porque a imprensa hoje vai achar que os Prefeitos são os culpados que não cobram a SABESP. E não é isso, cobramos a SABESP, ela demora e não faz algumas vezes. Vou dar um exemplo aqui em Cesário Lange. Um nobre Vereador, não sei se ele está presente aqui, tem um estabelecimento comercial e já faz mais de 60 dias que tem um buraco lá, nós reclamamos com a SABESP e até hoje ela não fez. Então nós não somos os culpados. Quero deixar bem claro para a imprensa jornalística e mesmo para a concessionária. Nós não somos os culpados. Passo agora a palavra à Secretária Executiva.
- Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT - Gostaria de agradecer a todos e pedir desculpas pela formatação. A formatação da reunião foi realizada juntamente com alguns representantes das Prefeituras, e procuramos fazer, mesmo que seja longo, cansativa para alguns, mas procuramos com isso otimizar o tempo, porque se tivéssemos que dividir essa reunião, gastaríamos mais tempo tanto a Secretaria Executiva como os senhores.
- Tenho agora uma pergunta por escrito e não foi dirigida a qualquer palestrante, pediria que algum palestrante pudesse responder. Do Sr. Jonas Martins, vereador de Cesário Lange. Porque a SABESP ainda não construiu a lagoa de

tratamento de esgotos de Cesário Lange ? E se as obras terceirizadas pela SABESP tem fiscalização.

Sr. Francisco José Toledo Piza - SABESP - Eu pediria ajuda dos universitários. Pediria ajuda do pessoal local, do Gerente da região. O que posso dizer, Prefeito, quanto ao prazo de execução de uma obra, e a tomada de decisão da execução de uma obra de esgoto, desde o início da elaboração do projeto, licença ambiental e depois contratação da obra, não se consegue iniciar uma obra em menos de dois, três anos, se não tivermos problemas para o licenciamento ambiental relativo ao projeto. Os prazos dessas obras, passam por um processo de licenciamento que muitas vezes não se considera na negociação e há um desgaste das partes. Isso acho que foi uma falha das partes em não colocar de maneira bem clara. Artur.

Sr. Artur Estevam Superintendente da SABESP Botucatu - Boa tarde a todos. A ETE em Cesário Lange, estamos em tratativas com o proprietário da área que foi definida para ser implantada, e ela foi encaminhada a CETESB para que ela fizesse a avaliação se aquele local era viável ou não. Cesário Lange conta hoje com tratamento de esgoto, temos um sistema e está no limite de sua capacidade, mas a cidade possui tratamento de esgoto. Temos que implantar a nova ETE para atender a demanda futura. Já existe área definida, A CETESB está fazendo a avaliação se a área é viável ou não para que possamos dar prosseguimento para a questão de elaboração de projetos diante da execução da obra.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH SMT – A palavra está aberta.

Sr. Wendell-Querida inscrever o Maurício de São Roque. Ele já está agendado ?

Maurício Tavares de Lima – AHPCE – São Roque - Boa tarde. Eu como membro da CT-San tenho algumas coisas para falar e algumas propostas para fazer. A primeira coisa é que S. Roque também padece dos serviços da SABESP e tem uma ETE que foi construída desde 1999 e está abandonada desde então, e segundo a SABESP já foram gastos R\$ 14 milhões, infelizmente até hoje. E a cidade entrou no MP, e a empresa Araguaia continua executando os serviços para a SABESP, apesar da SABESP reconhecer que a empresa não fez o serviço que deveria ser feito, em uma auditoria. O que eu queria dizer é o seguinte. A SABESP na última Audiência Pública em S. Roque em 2004, se comprometeu a fazer lá uma série de obras, listada conjuntamente à Câmara Municipal de S. Roque e ao MP, a lista das obras está aqui, o Sr. Artur tem consciência do que ele fez, mas na realidade as obras até hoje não foram feitas, apesar do compromisso assumido perante a população de S. Roque. Outra coisa que eu queria colocar, é que os Prefeitos na hora de renegociar esses contratos devem prestar atenção nas cláusulas dos mesmos contratos que são iguais nos 24 Municípios. Primeiro na cláusula 5^a. do contrato dizendo que esses Municípios hoje são acionistas da SABESP, para isso entregaram os patrimônios do Município para a SABESP e por isso se tornaram acionistas da SABESP e como acionistas poderiam pelo menos interferir em algumas metas e compromissos de contrato com a SABESP dentro do Município. Em relação a cláusula 12, as obrigações, é que só tem obrigações das Prefeituras, e tomar cuidado com esse contrato. Tem algumas obrigações que nenhum dos dois conseguem cumprir. Depois, eu queria falar um pouquinho mais enquanto membro da Câmara Técnica. A cláusula 13^a. coloca que todas as proposta de ampliações, extensões de rede, são inteiramente compromisso dos Municípios. Precisa prestar atenção porque nos próximos contratos isso pode aparecer mais, está escrito no atual contrato. Na 16^a. a relação de bens do concedente, se alguns dos Srs. quiser pegar de novo o patrimônio da SABESP, que na realidade originariamente era dos Municípios, terão de indenizar a SABESP. Porém, todos os Municípios são acionistas. Outra coisa, os Municípios muitas vezes entregam o patrimônio e pelo menos em S. Roque não existe a relação desse patrimônio entregue. Essa reversão de bens pode ser contestada

judicialmente. Muitos Prefeitos ficam com medo de assumir, porque quanto vale o patrimônio da SABESP hoje? Atentar para isso. Temos uma série de propostas colocadas aqui e que são importantes. Uma delas é a perda diária da SABESP no sistema. Foi colocado aqui que ela tinha a perda de 20% o IPT em várias pesquisas fala de até 40%, é água paga pelos Municípios. As contas que até hoje não foram apresentadas pelos Municípios e agora foram colocadas que vão ser expostas. Agora, existe uma outra grande contradição, nesse Comitê existem 24 Municípios, sendo que em onze acabam os contratos nos próximos dois anos, outros doze nos próximos três, quatro anos. Se existe mesmo uma grande boa vontade da SABESP, da SERHS, de se mudar o relacionamento, por que não se faz aditivos nos contratos atuais. Se você consegue fazer aditivo em empreiteiras em muitos sentidos, por que não faz aditivo de contrato para as Prefeituras ? Muito obrigado.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH SMT – Pela ordem agora Dr. Ivanildo, depois Roberto Fuglini, Prefeito do Município de Laranjal Paulista.

Sr. Ivanildo - Representante da Associação Missionária São Roque- Ao Prefeito do Município Botucatu, quando ele citou a importância do plano diretor. A minha tese de pós graduação foi sobre plano diretor. Por que não seguir o plano diretor, não sei se em Botucatu já foi feito, porque é um instrumento que direciona muitas coisas, a questão da obrigatoriedade do tratamento de esgoto. Por que não inserir no próprio plano diretor ? A pergunta então é se o Sr. fez isso ou se tem algo de esboço no plano diretor direcionando, obrigando em quem quer que seja a concessionária, a tratar dos esgotos?

Prefeito Ielo - Botucatu está em processo de elaboração do plano diretor, deverá estar pronto em julho desse ano. O plano de saneamento é mais complexo e ele tem de ser mais profundo. Pretendemos no plano diretor colocar um dispositivo da obrigatoriedade do plano de saneamento seja ele de qualquer o tipo, se é o Município ou uma estatal, ou de qualquer outra modalidade. No plano diretor tem de constar a obrigatoriedade de um plano de saneamento acoplado e tentar acoplar também um plano de recuperação do meio ambiente.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH SMT – Quanto a proposta do Maurício o Sr. Ricardo quer se manifestar ?

Sr. Ricardo Araújo- .. em relação ... vocês estão ouvindo ?

Plenário- Não.

Sr. Ricardo Araújo- Não? Estou brigando com o microfone faz tempo. Não vou tocar especificamente nas questões locais, acho que elas tem de ser dirigidas diretamente a SABESP, eu não tenho conhecimento para responder.

Em relação a questão dessa heterogeneidade no contrato que se criará, nos novos contratos e manutenção dos contratos bem mais adiante. Eu acho que isso é perfeitamente solucionável. E o governo do Estado e a SABESP estão trabalhando não de afogadilho mas de uma maneira razoável, entendo também não com tanta demora, teria o máximo interesse em colocar esses contratos que venceriam mais adiante já em bases atualizadas e contemporâneas. Do ponto de vista de política pública acho isso perfeitamente possível, desejável e é uma boa idéia que a gente encerrasse ou ainda durante o andamento de um ciclo mais emergencial dos contratos que já venceram, para que a gente passe a cuidar também dos contratos que tem um vencimento mais adiante, para trazê-los para bases mais atualizadas, mais contemporâneas que seja, como eu disse, no fundo novos contratos, não simplesmente uma roupagem nova de contratos velhos.

Sr. Francisco José Toledo Piza -SABESP -Foi falado sobre as obras de São Roque na reunião na Câmara Municipal, eu pedi informações e as obras estão sendo executadas. O

que acontece é que como é uma empresa pública ela depende de prazos de contratação legais a serem cumpridos e tem de ser cumpridos. A respeito das estações, os contratos previam um crescimento da expansão, se houvesse antecipação dessa expansão provocaria um desequilíbrio econômico financeiro do contrato. E o loteador quando faz o parcelamento do solo, 6766/79 é uma obrigação do loteador, não é da SABESP, não é do serviço autônomo, é uma obrigação. Como o contrato é anterior a essa data, não se falava em caução, já foi colocada como obrigação do loteador. Antecipando essa lei que estava em discussão na ocasião. E a reversão do bem, se você fizesse um contrato na época como na época atual existe na modelagem concessão residual do contrato. Não aquele que não foi depreciado, por isso que o contrato atual vai ter um condicionamento, um acompanhamento patrimonial para amortizar todos os investimentos exatamente por causa das Prefeituras que quiserem aumentar o valor da tarifa, para se quiser acabar todo o resíduo do contrato ao final dele, ela pode. Alguns Municípios assim o farão com certeza. Nem todos conseguirão essa viabilidade porque a tarifa vai estar acima da capacidade da população. Vamos imaginar que você projete o crescimento de 1% ao ano e está faltando no Município três anos para o término da concessão, você tem de investir R\$ 10, 20 milhões em uma ETA ou ETE, para você colocar na tarifa para ser pago nesses dois anos quando terminar o contrato de concessão. Para dar zero a zero. Então é importante o monitoramento, a gestão e a regulação dos serviços exatamente para que essas cláusulas que estão no contrato sejam acompanhadas por um instrumento do próprio contrato, que agora chamamos um contrato de programa. Queria colocar que aquilo que foi previsto ainda é vigente na legislação atual do contrato de concessão da lei de 95 sobre concessão. A lei na concessão antiga, muitos instrumentos dela estão válidos para a lei de concessão atual. Isso tem de ser preservado de qualquer forma. Só para esclarecer.

- Sr. Roberto Fuglini - Prefeito do Município de Laranjal Paulista- Boa tarde a todos. Só dizer uma coisa ao Élbio, no contrato que vai ser feito com a SABESP, atentar para aquele ponto em que todos os loteadores tem de fazer a obra de saneamento e tratamento de esgoto e depois doar para a SABESP por força do contrato. Só que depois que vence o contrato com o Município, essa obra não está prevista ali, e ela já pertence a eles porque tem uma previsão de doação. Depois chega ao final do contrato e somos obrigados a indenizar a SABESP por força dessas doações. Nós temos que atrelar isso também no vencimento do contrato.
- Sr. Francisco José Toledo Piza -SABESP - Esclarecendo, as doações não são passíveis de indenização. Elas entram como doação, podia ser até um comodato, ela entra para efeito de depreciação no sentido de que você possa colocar um custo de reposição do equipamento. O que é doado para a SABESP quando reverte ao Município não há necessidade de indenização desses ativos.
- Sr. Roberto Fuglini - Prefeito do Município de Laranjal Paulista- Então está bom, mas tem de constar em contrato.
- Sr. Francisco José Toledo Piza -SABESP - Não tem problema. Ela estava no contrato do Planasa, que previa que o investimento reconhecido da indenização, exceto as doações.
- Sr. Roberto Fuglini - Prefeito do Município de Laranjal Paulista- Eu quero fazer uma pergunta ao Sr. agora. Seguinte, em Laranjal Paulista passamos a água para a SABESP em 28.08.97, já vai fazer mais ou menos 9 anos. Eu não sei quanto a SABESP fatura mês a mês lá. Chuto R\$ 300 mil, parece que foi isso colocado na última Audiência Pública. Entendo que uma firma, e eu tenho uma, e ai tenho de ter lucro, não posso ter prejuízo. E a SABESP lá em Laranjal tem um lucro de no mínimo, mínimo, 30% vou colocar R\$ 100 mil/mês para arredondar. No final do ano tenho R\$ 1,2 milhão bruto, em nove anos, R\$ 11,8 milhões. Pelo que o Márcio falou para se fazer uma ETE custa R\$ 3,5 milhões, que a SABESP quer fazer lá em Laranjal. Eu queria saber onde vai o lucro que a SABESP obtém em

Laranjal Paulista, onde ele é aplicado e se falar que ele é aplicado lá em Laranjal eu não vou acreditar, porque se fatura R\$ 300 mil/mês e tem uma despesa de R\$ 200 mil tem um lucro líquido de R\$ 100 mil/mês. Os R\$ 11,8 milhões é o lucro da SABESP e tem de ser aplicado no Município. Eu quero saber onde esse dinheiro é aplicado. Onde ele foi até hoje, que eu não vi uma gota de tratamento de esgoto.

Eu tenho um documento que mandei em 2001 de minha primeira gestão, que pedi uma informação sobre tratamento de esgoto que foi feito em contrato em 1997, e recebi um documento da SABESP assinado pelo José Paulo Romisca ele disse assim 'em atenção ao ofício cumpre-nos informar que a SABESP visando dar cumprimento ao seu plano de empreendimentos para implantação do sistema de tratamento de esgotos sanitários no Município de Laranjal Paulista, elaborou o seguinte cronograma: Projeto 3 meses, licença ambiental, DEPRN, IBAMA e outras desapropriações amigáveis, 4 meses, licitação, inicia o processo em novembro de 2001, duração seis meses, previsão de início da obra, julho de 2002, duração de 18 meses. Pela previsão estaria pronto em 2003. Até hoje, estamos em 2006, não foi feito nada. Tenho também uma declaração que veio da SABESP dizendo assim, 'declaramos ainda que está prevista para o ano de 2003 a implantação da estação de tratamento de esgotos sanitários do Município de Laranjal Paulista. Eng^o. Manuel Mota de Almeida. Superintendente Unidade de Negócios Médio-Tietê. 12.04.2000. Então nessa declaração de 2000 tivemos Manuel Mota de Almeida, Superintendente Unidade de Negócios Médio-Tietê, depois o Romisca, depois Osvaldo, Wanderlei e agora o Artur. Superintendente é um cargo de confiança, eu entendo que quando uma pessoa de cargo de confiança assume um compromisso, acho que aquilo que ele assumiu a empresa tem de assumir o compromisso, mesmo que ele saia. Concorda?

Sr. Francisco José Toledo Piza -SABESP - Concordo.

Sr. Roberto Fuglini - Prefeito do Município de Laranjal Paulista- Porque veja bem, então por que não cumpriram esse cronograma de obra, que o Sr. Romisca falou lá atrás ? Estou vendo que cada vez que promete alguma coisa ao Município o Superintendente é trocado. E ai não se tem mais a obrigação com o Município. O Sr. mostrou ai um monte de números lindos, maravilhosos. Todas as reuniões os Srs. apresentam esses números. Mas eu quero que o Sr. apresente esses números aos meus munícipes e explique para eles por que o Sr. não tem dinheiro, BNDES não tem, e os bancos não tem para emprestar para a SABESP. Mas ele paga a conta dele lá. Quando falta água para eles estão sempre reclamando para o Artur e para o Márcio. Eu troco o número de meu telefone constantemente, deve ter alguém faturando em cima desse meu número de telefone, eles descobrem e passam e o pessoal vai reclamando toda semana e eu sou obrigado a ficar ligando para o Márcio, enchendo, para resolver o problema. E ai ele quer fazer o esgotamento na fossa dele e liga para a SABESP e ela fala que não tem caminhão tanque para fazer deslocamento de esgoto. E ele diz 'mas o problema de água e esgoto não é da SABESP ?' Então eu acho que aquela fossa aquele resíduo orgânico que está na fossa, para não dizer outra coisa, acho que é de responsabilidade da SABESP, tirar e onde ela vai jogar não é problema dele. Ai eu vou e tiro e onde eu vou jogar ? Esse é meu problema. Eu quero que você entenda isso. Pelo que vi, eles gastam de R\$ 5 a 10 bilhões para despoluir o rio Tietê, o governador atual e por que não pega R\$ 1 bilhão e passa para a SERHS e faz as obras que por força de contrato são da SABESP ? Vocês assinam contrato com Botucatu por 30 anos, será que a SABESP não faturou o suficiente para fazer os esgotos de Botucatu? E o lucro que obteve em Botucatu ? Cesário Lange, Laranjal Paulista, onde foi aplicado. Isso que eu gostaria de saber.

- Sr. Francisco José Toledo Piza -SABESP - Com relação a planilha de custo a gente vai providenciar aos Municípios que vencem o contrato, e para os demais Municípios também para que todos tenham a informação. Com relação ao problema de esgotos da região, nós já estivemos na região para discutir com vocês. Tivemos problemas no licenciamento da estação em determinado momento, o pessoal da CETESB que cuidou do licenciamento, não sei como está a situação desse licenciamento atual, nem um prazo para previsão. Todos os investimentos da SABESP pressupõem captação de recursos externos e em financiamentos. Muitas vezes a SABESP faz captação no exterior, captações globais, exatamente para poder fazer frente a esses investimentos. O balanço vou mostrar para vocês. A parte relativa ao sistema de esgoto o Artur e o pessoal vai me informar agora da situação do cronograma, porque como tenho de cuidar dos 24 Municípios, dos que vão renovar os contratos, eu não tenho nenhuma tabela. Passaria ao Ricardo se ele tem alguma coisa a complementar.
- Prefeito Ielo- O Roberto fez uma pergunta muito clara. O faturamento se tiver um lucro mínimo de R\$ 100 mil dá R\$ 1,2 milhão, para onde vai esse dinheiro? É uma coisa tão simples e clara. A estação de Cerquilha são R\$ 3,5 milhões, para onde foi o dinheiro de Laranjal ?
- Sr. Francisco José Toledo Piza -SABESP - Eu vou entrar um pouco no mérito. Pagamos determinado valor pela concessão, fizemos vários investimentos de água, não sei se já acabou a ETA ou se está parada por problema da obra. Esse pagamento que foi feito ao Município por ocasião da concessão, custa para a empresa no mínimo 12% ao ano. Então uma parte desse dinheiro vai para pagar os juros pelo qual pagamos pela concessão. Esse é um primeiro aspecto. Outro, foi feita uma projeção de receita e despesa, e quando foi feito o laudo de Assunção, o serviço local nos informou uma determinada situação da rede, do ativo que estava lá, fazendo com que a SABESP tivesse de investir muito mais para regularizar o sistema existente do que foi previsto no contrato de concessão. Isso para mostrar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e que houve alguns problemas. A SABESP quando assumiu os Municípios durante o ano de 1995 a 1998, tínhamos um cenário de captação de recursos da CEF em determinado valor, quando houve em 1999 a crise do dólar, praticamente de 1999 até hoje não houve financiamento do governo federal para que pudéssemos fazer com recursos mais baratos e pudessem ser feitos os investimentos. Como investiu dinheiro para pagar juros e essas obras adicionais que foram feitas e alguns convênios que foram feitos, nós não tínhamos a licença ambiental para começar a obra e sem isso não posso começar a obra, já fizemos essa prática no passado e tivemos problemas seríssimos com isso, então por isso será apresentado 'tete a tete' ao Sr. o que está acontecendo, para de fato esclarecer. Garanto para você que o dinheiro da SABESP está sendo bem aplicado em política pública com certeza.
- Prefeito Roberto – Não estou questionando a capacidade dos funcionários, estou questionando a aplicação do dinheiro. O Sr. falou de pegar dinheiro emprestado de fora, e ela é uma empresa estatal e acho que a obrigação do governo é de honrar seus contratos. Se tem 51% que é do governo do Estado não tem que buscar recursos do governo federal, é o Governador que tem obrigação de honrar os contratos da empresa estatal. Se acontecer isso com o Município eu vou honrar, se uma Secretaria assumiu um compromisso. Acho que é obrigação do Governador honrar os compromissos da SABESP. O meu Município não quer saber se o dinheiro vai vir dos EUA, do Lula, ele quer a obra, e cada vez que a gente passa em um bairro e eu tenho esgoto na rua, ele não pensa no Geraldo, ele pensa na minha mãe, ele pensa na sua mãe. Só isso que eu quero dizer.
- Sr. Ricardo – Agradeço a intervenção do Piza e gostaria de fazer uma intervenção um pouco diferente. Me lembro de uma vez ao final de uma entrevista, e tem bastante tempo isso, há 20 anos, sobre a paralisação do sistema de abastecimento de

água e o organismo de imprensa quis saber, 'pode dizer que o abastecimento está pronto', e estava 90 a 99% normalizado, mas era evidente que não estava 100% normalizado. Sempre falha alguma coisa. E se eu dissesse 'não, o abastecimento está completamente normalizado' e a TV focalizasse uma torneira sem água, ficaria completamente desmoralizado. Então nas minhas intervenções apesar da ênfase que dou as minhas idéias eu tenho sempre uma reserva de cautela, eu acho que não foi isso que o Sr. quis dizer de 'apresentar números fantásticos e maravilhosos` os números são bons, mas também eu não escondo os desafios. Nós temos 280 Municípios em São Paulo dos quais 180 com tratamento de esgoto, é um tremendo de um avanço. Mas ao mesmo tempo como alguns podem dizer faltam alguns.' Nossa posição então é mais confortável, não sou Engenheiro, e não posso falar no sentido de que haja uma precisão matemática sobre datas e absolutamente tem todas as variáveis que ai residem. O que eu posso dizer? Que o Sr. está coberto de razão inclusive pelas cartas que o Sr. tem, em sua reclamação. A segunda questão é referente aos números dos Municípios e o Sr. trabalha com números e é preciso esclarecer. Quando levarmos os contratos e as minutas vamos levar todas as informações econômico financeiras para termos uma idéia do que estamos fazendo. E tenho de dizer, assim como os números apresentados do projeto Tietê não correspondem, seguramente não são de 5 a 10 Bilhões, aos quais o Sr. se referiu. É claro que os números da região Metropolitana são superlativos para uma população de 19 milhões e 250 mil pessoas, mas é claro que eles não são tão estratosféricos assim nem nós temos capacidade social de pagamento de verbas tão altas. Tenho a impressão que nessas rodadas de conversação abrindo nossas intenções, acho que essas questões tem de ser levantadas e as feridas vão ser cicatrizadas, acho que a SABESP necessitaria ter uma atitude de muito mais abertura, porque a abertura começa por meio de um ação, isso significa um certo 'saculejo` dentro da empresa, muitos funcionários entendem perfeitamente isso, estamos falando de uma empresa, de uma organização grande, e com processo de mudança um pouco mais lento, mas iremos conversar para analisar. Para finalizar, uma empresa com essa qualidade de serviços é a maior herança que ela tem, para poder conversar de novo como vai ser a cultura daqui para frente e ai vamos conversar de forma mais objetiva com as ações e informações.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Muito obrigado Ricardo. Oscar por gentileza.

Sr. Oscar- Associação Ecológica Alerta Tatuí – Boa tarde. Queria fazer duas colocações. Primeiro, a RMSP corresponde a 74% da arrecadação da SABESP, 26% correspondem ao interior e litoral. Como com esses valores a gente vai conseguir ter uma esperança para sanar esses problemas ? Porque acho muito pouco.

Outra questão preocupante para nós é a questão da transposição das águas dos outros Comitês de Bacia para a RMSP. Eles transpõem a água e quando vai ser sanada a questão porque a gente absorve todo esse impacto ambiental desse esgoto que vem do Tietê. Como vamos ter essa melhoria de qualidade da nossa água aqui.

E outro dado importante de nossa região, é que Tatuí vai ter de abastecer mais 8 Municípios e temos problemas de água no próprio Município, em época de estiagem falta água e temos essa preocupação. Como vamos conseguir atender 8 Municípios ? E a questão das cidades à montante com a questão do tratamento de esgoto nas captações do rio Sarapuri.

Sr. Ricardo-A RMSP responde de 74 a 75% da receita da SABESP sendo 57 Municípios de São Paulo e 100% nas áreas operadas no interior. Do ponto de vista do saneamento os dramas maiores que temos hoje é sobre a RMSP. Apesar de ela ser o fator que subsidia, não todo o Estado, temos as sazonalidades, etc, na verdade as áreas pobres em que a SABESP opera, elas são subsidiadas pela RMSP e pelo

interior. O setor de telecomunicações de MG faz exatamente a mesma coisa... Então acho que os grandes problemas hoje em dia estão na RMSP. Agora, lá temos um problema de fato, uma enorme Metrópole de quase 20 milhões de habitantes que está na Cabeceira do rio Tietê, a disponibilidade de água presente na região Metropolitana é de metade do semi árido nordestino. Ou se importa água ou se promove uma diáspora de parte da população. Por outro lado o saneamento da região Metropolitana merece tema de seminário e se você quiser um dia debater sobre isso, eu trabalho em São Paulo com o programa Mananciais que é exatamente o desenvolvimento da pressão ambiental com a participação do governo de sete Municípios, inclusive Santo André e a SEMASA, o representante de Santo André no Comitê, o Ricardo se tornou meu amigo nesse processo, e sou o Coordenador geral do programa e exatamente ele enfrenta o drama da ocupação urbana intensa, desorganizada e um funcionamento mais objetivo de um sistema de saneamento e isso é de tal tamanho que não é o que acontece aqui. O que eu poderia responder é que não temos muita solução para a disponibilidade hídrica de São Paulo e a questão do saneamento seguramente é uma questão de muito longo prazo, como já foi nas Metrôpoles mais desenvolvidas, o que dirá em uma Metrópole complicada como São Paulo.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Bem, temos ainda mais duas perguntas.

Sr. Miguel Arcanjo Correia- Jornalista – Meu papel aqui é analisar fatos e não discutir pró ou contra a SABESP. Falando por Cesário Lange constatamos que há mais de 20 anos não temos tratamento de esgoto. Foi mencionado pelo Sr. Artur uma reformulação, um sistema já arcaico, que não atende a demanda e que na verdade temos constatado a situação de dano ambiental causado pela ausência de tratamento. Mas queria alertar os Srs. Prefeitos que um fator preocupante é que a CETESB que é o órgão que deveria estar fiscalizando, acompanhando, de concreto nada tem feito. Temos dados que comprovam a não modificação desse quadro. Quanto aos contratos e promessas mencionados pelo Prefeito do Município Laranjal, O Superintendente, de tempos em tempos, já entrevistei vários deles, fazem promessas, fazem compromissos, e isso não se transforma em resultado prático. Estou apenas analisando os fatos. Tenho como comprovar, que acompanho há mais de 10 anos. E minha pergunta é para o Sr. Carlos Pedro, Vice Presidente Nacional da ASSEMAE. Como se processa perante aos Municípios que são independentes, que tem serviço próprio, esse sistema de informação, essa dificuldade desse tipo de problemas, como se processa a resposta desses problemas? Qual é o tempo que o cidadão comum pode obter o seu serviço próprio, uma solução mais plausível, comparado com o sistema anterior da SABESP ?

Sr. Carlos Pedro Bastos - ASSEMAE – Com relação aos contratos de hoje, existentes na SABESP, nesse tempo é meio difícil de falar, não é muito fácil de se responder. Mas aí entra a palavra de diversos Prefeitos aqui, inclusive de Laranjal Paulista, essa responsabilidade conforme coloquei em minha apresentação é do poder Municipal. O poder Municipal precisa responder à população, não é da SABESP. O poder Municipal dizer `isso é com a SABESP` é um equívoco enorme, porque a população de modo geral não consegue atuar com a SABESP. O Prefeito e a Câmara podem atuar com a SABESP. Agora precisa efetivamente como foi falado para a população, esses contratos se for o caso. Se for o caso. Porque também acho, sou extremamente Municipalista e acho que as autarquias poderiam dar conta da grande maioria desses Municípios. Concordo com o Prefeito do Município de Laranjal que posicionou mesmo de forma empírica algumas relações financeiras do que pode ser tirado de lucro. Acho que de modo geral a SABESP até hoje não dispõe esses valores e fica realmente difícil de trabalhar. Mas a responsabilidade é do poder Municipal, o Prefeito e o poder Municipal podem tomar essa atitude.

- Sr. Paulo Simões – Presidente Câmara de Alumínio - Nós também temos o serviço de concessão e também não temos esgoto e na época o Prefeito passou os serviços e até hoje não foram pagos nenhum dos compromissos. E gostaria de saber por que nós também recolhemos a taxa de esgoto e sofremos com isso. E na cidade de Embu por exemplo faz 30 anos que a SABESP cobra os esgotos e até hoje não foi. E teve lá uma ação pública de 11 de agosto e a juíza concedeu a concessão retirando o pagamento da tarifa de esgoto, e pagam somente a água. E também em Salto de Pirapora também não contente com os serviços e que não foram cumpridos, já teve uma liminar também a favor retomando os serviços da SABESP. E ao Prefeito do Município Botucatu é bom saber porque até o Sr. talvez possa ver alguma coisa, que tem direito e não estão pagando desde dezembro mais taxas de esgoto, o governo já recorreu até em Brasília e não conseguiram. E gostaria de minha resposta à minha cidade.
- Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH-S M T – Então teremos a resposta a sua pergunta e o Prefeito Ielo também tem uma manifestação a fazer e estaremos encerrando. Ao lado teremos um café e lá discutiremos mais em uma mesa redonda.
- Sr. Ricardo- O Caso de Embu conheço bem faz parte da bacia do Guarapiranga um sistema enorme e com uma série de obras enormes que foram feitas, concluindo grandes coletores troncos, a Estação de Barueri. E seria capaz até de dar o nome dos bairros cujo esgoto está sendo concluído na próxima semana. Gostaria de ressaltar o seguinte, a atuação da SABESP é muito positiva se pegarmos as ações dispostas no tempo, o que era tratado de esgoto aqui há 30, 20, 10 anos e o que é hoje, é insofismável. Eu sempre olho o que avançou, o copo pode estar 2/3 cheio ou vazio... e para mim a história é uma coisa muito importante e dentro do saneamento as coisas estão acontecendo. E encerrando minha participação gostaria muito de agradecer a presença de todos e ficaram algumas questões aqui, queira fazer algumas colocações sobre Santo André, mas acho que não é o caso de maneira que agradeço a vocês. Obrigado.
- Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Agora a última resposta sobre o Alumínio.
- Sr. Francisco José Toledo Piza – Sobre a concessão de Alumínio, após a concessão houve uma ação, a Prefeitura querendo anular o contrato e nós várias vezes tentamos negociar com o Município a alteração do cronograma todinho do contrato, com um novo estudo econômico e financeiro para que possamos pagar o Município de Alumínio. Essa proposta continua de pé junto a Prefeitura até hoje, e o negociador, o Sérgio Manson, que tem ido conversar várias vezes com o Prefeito, estamos aguardando essa conversa. Na última conversa que tive a Prefeitura se comprometeu a desistir da ação, se não me engano já desistiu da ação, para que pudéssemos repactuar o contrato e pudesse regularizar. A SABESP também está ansiosa em regularizar essa concessão e há muito tempo já temos autorização da Prefeitura. Situação semelhante aconteceu no Município de Pindamonhangaba, conseguimos regularizar, temos uma rotina interna da SABESP para regularizar isso, falta só o pessoal da Prefeitura e o pessoal local atualizar os novos cronogramas porque estávamos impedidos de fazer as obras, porque se declarasse o contrato nulo, quem iria ser responsabilizado por uma ação pendente sobre esses investimentos ? Até conversamos mais de uma vez na Prefeitura com o Prefeito e a proposta da SABESP continua de pé até hoje e estamos também querendo resolver isso porque é uma satisfação para nós termos tudo regularizado.
- Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – A última pergunta, Artur para a resposta do Oscar e depois passo a palavra ao Prefeito Ielo.
- Sr. Artur- A questão do sistema integrado de Tatuí, o que existe na realidade é uma proposta da empresa de integrar o sistema para solucionar um programa de abastecimento de vários Municípios do entorno do Município de Tatuí. Esse

sistema será novo, não tem nada a ver com o sistema atual existente. Utilizando as águas do rio Sarapuí, a construção de uma ETA com a capacidade de 1 metro cúbico para poder atender vários Municípios, porque hoje muitos deles são deficitários, temos problemas com a captação de água. Tem uma proposta e ainda vai ser feito o estudo de concessão da viabilidade ou não dessa proposta de um sistema integrado que atenda todos esses Municípios. Mas em nada isso irá comprometer o sistema atual do Município de Tatuí. É um sistema totalmente novo.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Um minuto à Secretária Executiva para os informes.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH SMT – Para informar que a Ata dessa reunião será pública, estará na página do SIGRH e também como é procedimento deste Comitê, deixar público todas as apresentações realizadas aqui. Muito obrigada.

Prefeito Ielo- Antes de fazer o encaminhamento estou saindo um pouco mais preocupado do que quando aqui cheguei em Cesário Lange. Entendi então que o que sai de investimento, aquela parcela da planilha orçamentária da SABESP, a parte do lucro, estamos pagando a dívida de alguém. Entendemos também que em nenhum momento dessa palestra foi citado o passivo do meio ambiente, ou seja, quanto a SABESP está investindo no passivo do meio ambiente. Ou seja, recuperação das matas ciliares de onde se faz a captação das águas. Do investimento são dois pontos, o que deveria ser aplicado na cidade de Botucatu foi desviado e está no MP e a outra parte foi para pagar uma dívida de não sei de quem. E no passivo do meio ambiente não foi aplicado. Desculpe o desabafo mas como está acabando é importante que fique registrado. Eu sou otimista e vou então estar aguardando a visita na minha cidade, para a nova postura da SABESP, mas acho importante que seja feito, do mesmo jeito que será feito aos Prefeitos, faça também uma exposição à Câmara Técnica do Comitê. O Comitê tem uma preocupação mais abrangente e mais diretamente ao impacto ambiental e seria muito importante que essa apresentação se fizesse à Câmara Técnica, para que ela possa acompanhar com o conjunto dos Prefeitos orientando e podendo juntos com todos os Prefeitos do Comitê ter esse respaldo técnico para renovação dos contratos. Se pudéssemos já marcar essa visita, essa exposição na Câmara Técnica, seria muito importante ao Comitê e nós das Prefeituras vamos estar aguardando a visita de vocês. Muito obrigado.

Sra. Jussara de Lima Carvalho - Coordenadora da Unidade de Gerenciamento de Projetos do Plano de Bacias– Falta então essa resposta da apresentação na Câmara Técnica.

Sra. Rosângela César – Secretária Executiva do CBH- SMT – Será então avaliado e será marcado uma reunião na Câmara Técnica.

Sra. Jussara- E a resposta da SABESP.

Sr. Francisco José Toledo Piza – A SABESP é favorável a participar dos fóruns de debate, é importante que seja colocado o debate tão logo a gente obtenha os instrumentos para fornecer as Prefeituras. Vamos discutir caso a caso as localidades que tem contratos a vencer e discutir caso a caso as particularidades para cada contrato e depois se quiser fazer uma nova rodada de situação quando forem executadas, acho que é importante, é uma forma de darmos satisfação para as comunidades. E a comunidade do Comitê, é um fórum importantíssimo para esse debate, e aí lógico estaremos com todas as respostas e mais preparados com o caderninho de cada Município para poder responder as particularidades.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Complementando a resposta, Sr. Ricardo.

Sr. Ricardo- Não tem problema nenhum apresentarmos na Câmara Técnica oportunamente, se possível viremos.

Sr. Élbio Trevisan Presidente do CBH- S M T – Quero agradecer a todos e dizer de minha alegria de tê-los recebido. Muito obrigado a todos.